

## Reunião do Comité Central do PCP

# A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO A URGÊNCIA DA DEMISSÃO DO GOVERNO A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

### Exame responsável da situação nacional

O Comité Central definiu o momento presente da vida nacional por **sete características fundamentais**:

- 1.ª A crise profunda evidenciada na degradação da situação económica, financeira, social e política.
- 2.ª A ameaça real que pesa sobre as liberdades, o regime democrático e a independência nacional.
- 3.ª A responsabilidade directa na situação criada e nas ameaças referidas da política de restauração monopolista do Governo PS/PSD continuador da política do governo «AD» e daí a impossibilidade de com o actual Governo e a actual política se resolverem os graves problemas que o País defronta.
- 4.ª A extrema fragilidade a que chegou a coligação governamental, por virtude do desastre nacional provocado pela sua política, dos conflitos internos na coligação e nos partidos que a compõem, do seu descrédito completo e da rápida redução da sua base de apoio social e político.
- 5.ª A profunda e generalizada indignação e oposição do povo português à política actual e a luta de vastos sectores democráticos e patrióticos, da classe operária e das massas populares pela demissão do Governo.
- 6.ª O atraso da intervenção para a demissão do Governo dos mecanismos institucionais consagrados na Constituição.
- 7.ª Como resultante das seis anteriores: A verificação de que estão criadas as condições objectivas fundamentais para a imediata demissão do Governo PS/PSD, dependendo esta apenas de factores subjectivos, entre os quais se destacam três: a luta de massas, a iniciativa democrática e o funcionamento das instituições.

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma sessão plenária no dia 26 de Novembro.

O Comité Central examinou a gravíssima situação económica, financeira, social e política do País, concluindo pela necessidade da urgente demissão do actual Governo e de uma alternativa democrática.

A análise e conclusões relativas a este ponto da ordem de trabalhos constam da Resolução Política aprovada com o título «A gravidade da situação, a urgência da demissão do Governo, a alternativa democrática».

O Comité Central recebeu informações sobre a preparação do II Congresso da Juventude Comunista Portuguesa que calorosamente saudou. Deu

balanço ao volume das respostas recebidas ao «Questionário sobre as células de empresa» e ao andamento da campanha de «Mais 10 000 novos militantes do Partido». Congratulou-se com os altos resultados já alcançados pela campanha dos 60 000 contos para a compra do Centro de Trabalho Vitória em Lisboa.

O Comité Central resolveu realizar uma Conferência Nacional do Partido sobre «A situação económica do País e a via de desenvolvimento para vencer a crise», marcando como datas os dias 30 e 31 de Março do próximo ano.

Finalmente, examinando as relações internacionais e a acção internacional do Partido, o Comité Central traçou linhas fundamentais para o seu reforço e desenvolvimento.

Texto integral da Resolução Política do CC do PCP em Separata a esta edição

## INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS



**Agricultores mobilizam-se** de Norte a Sul do país em defesa da lavoura, também ela ameaçada pela política deste Governo, conforme largamente documentamos nesta edição. Entretanto, intensifica-se a luta noutros sectores, assinalada com importantes jornadas ontem e hoje e que atingirão um ponto alto no próximo dia 15 de Dezembro. Na foto: agricultores de Paredes concentrados sábado passado frente à Câmara Municipal.

Ler nas págs. 3 e 6  
e no Suplemento



Sábado passado, em Alpiarça, com a participação de Álvaro Cunhal, realizou-se a Assembleia da Organização Regional de Santarém. Na foto, um aspecto da sessão de encerramento

## ASSEMBLEIAS NO PORTO E ALGARVE

• É já neste próximo fim-de-semana que se vão realizar as 1.ªs Assembleias das Organizações Regionais do Porto e do Algarve do PCP.

O secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, participará nos trabalhos da Assembleia da ORP, e discursará na sua sessão pública de encerramento, marcada para as 17 horas de domingo, no cinema Rivoli.

Págs. 4/5

## PODER LOCAL

O Encontro de Quadros do PCP sobre o Poder Local e a Cultura, Desporto e Juventude, realizado no sábado na Faculdade de Letras de Lisboa, excedeu todas as expectativas.

Pág. 6



# SEMANA

## 21 Quarta-feira

Enquanto os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Sintra reafirmam que a água fornecida pela EPAL àquele concelho, tem um elevado teor de gorduras e de óleo, está última empresa quer aumentar o preço da água entre 24 e 35 por cento. ■ Cerca de um milhão de agricultores cortam, durante uma hora e meia, a circulação na linha ferroviária do Minho. Esta acção, que visa exigir a abertura da feira de gado de Barcelos, insere-se na semana de reclamação e protesto promovida pela CNA. ■ O Movimento Democrático de Mulheres denuncia que muitas das mulheres trabalhadoras do distrito de Aveiro recebem abaixo do salário mínimo nacional e que se regista um aumento progressivo das situações de fome na zona. ■ Em Itália, uma greve geral paralisa completamente o país. São 18 milhões de trabalhadores a parar para, caso inédito neste país, apoiarem a reforma fiscal do ministro das Finanças. ■ O regime fascista chileno desterra mais 16 opositores para o extremo norte do país. Com esta nova leva, eleva-se já a 481 o número de desterrados.

## 22 Quinta-feira



Mensagem de Angola para a ONU

As uniões sindicais de Lisboa e de Setúbal, bem como as coordenadoras regionais das comissões de trabalhadores das duas zonas industriais, convocam para o próximo dia 15 de Dezembro uma manifestação de protesto contra o Governo. ■ Em Londres, o Primeiro-Ministro do Governo PS/PSD afirma que o Produto Nacional Bruto registará este ano uma quebra de dois por cento. ■ Andrei Gromyko e George Shultz, respectivamente ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e secretário de Estado norte-americano, marcam um encontro para Genebra, é oficialmente anunciado nos dois países. O encontro, que se realiza a 7 e 8 de Janeiro, destina-se ao restabelecimento das negociações de desarmamento entre os dois países. ■ José Eduardo dos Santos, o presidente da República Popular de Angola, enviou uma mensagem ao secretário-geral das Nações Unidas. Nesta mensagem, o presidente angolano informa-Pérez de Cuellar sobre os passos dados pelo seu país com o objectivo de garantir a independência da Namíbia.

## 23 Sexta-feira



Sindicalistas reunidos em Lisboa

A mesa-redonda internacional sobre «crise, emprego e emigração» promovida pela CGTP-IN inicia-se em Lisboa. Os participantes no encontro deslocam-se às instalações da Lisnave, onde participam num comício de solidariedade para com os trabalhadores desta empresa e para com os mineiros britânicos. ■ Prossegue a semana de reclamação e protesto dos agricultores. Hoje, manifestam-se em Viana, Coimbra e Vila Real. ■ A polícia espanhola mata um operário e fere dezenas de outros ao carregar sobre uma manifestação dos trabalhadores dos estaleiros de Bilbao que protestavam contra os planos do governo para o sector. ■ A Inglaterra anuncia que poderá abandonar a UNESCO, organismo da ONU para a educação. Esta sua decisão segue-se à proclamada recentemente pelos Estados Unidos. ■ Na abertura da primeira reunião do Conselho Nacional Palestiniano, Yasser Arafat afirma que a OLP é favorável à realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente. ■ A agência Tass anuncia que o vice-presidente do Soviète Supremo da URSS Alexis Vatchenko faleceu na passada quinta-feira.

## 24 Sábado

Realiza-se em Lisboa um encontro de quadros do PCP sobre o Poder Local, a cultura, o desporto e a juventude. ■ No Porto, reúne-se a Assembleia da Organização dos Bancários desta cidade do PCP. ■ Termina a mesa-redonda internacional promovida pela CGTP-IN. Os dirigentes sindicais dos doze países presentes exigem que o governo ponha cobro ao flagelo dos salários em atraso. ■ Em Viseu reúne-se o Conselho Nacional do PSD/PPD. ■ O ministro do Interior turco revela que o regime fascista prendeu 26 295 pessoas nos primeiros dez meses deste ano sob a acusação de prática de actividades terroristas. ■ Nove mortos é o balanço preliminar das tempestades que atingem o norte da Europa. ■ A polícia e o exército da ditadura chilena lançam uma operação de terror contra os bairros periféricos da capital. Não se conhecem pormenores.

## 25 Domingo

O secretário-geral do PCP afirma, no encerramento da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP, que a tarefa principal de todos os democratas é a derrota e a demissão do Governo. ■ O escândalo continua. Cada gestor da empresa pública TAP-Air Portugal, custou sete mil contos em 1983. Os gestores das outras empresas públicas de transporte também custaram enormes quantias ao País, embora não tanto como no caso da TAP. ■ Os Uruguaios votam massivamente pelo restabelecimento da democracia, ao participarem nas primeiras eleições presidenciais e legislativas democráticas desde o golpe militar de 1973. ■ O presidente nicaraguense revela que a agressão dos Estados Unidos ao seu país já custou à Nicarágua prejuízos superiores a 1 bilião de dólares.

## 26 Segunda-feira



Córdão humano pela paz

O ministro da Agricultura afirma que o Governo vai implementar um esquema de isenção total de impostos de gásleo para a agricultura. A CNA declara que esta posição do governo traduz-se numa clara vitória da luta dos agricultores, que ontem terminaram a sua semana de reclamação e de protesto. ■ Um cordão humano liga o Rossio ao Terreiro do Paço. Iniciativa do Partido Os Verdes, o seu objectivo é sensibilizar a Câmara Municipal para que declare Lisboa uma zona desnuclearizada. ■ A direcção eleita da Múta dos Pescadores vai a São Bento exigir a sua tomada de posse e é recebida pela polícia, que a prende. A presidência da República e a Assembleia recebem duas outras delegações da direcção. ■ Reúne-se em Lisboa o Comité Central do PCP. ■ François Mitterrand, o presidente francês, anuncia que o seu homólogo soviético, Konstantin Tchernenko visitará oficialmente o seu país em 1985. ■ O governo colombiano recusa o programa económico proposto pelo FMI.

## 28 Terça-feira

Em conferência de imprensa destinada a divulgar as conclusões da reunião do CC realizada na véspera, Álvaro Cunhal afirma que existem razões constitucionais para demitir o Governo PS/PSD ■ Trabalhadores de várias empresas do distrito de Braga com salários em atraso tentam avistar-se com o Primeiro-Ministro, na sua residência oficial, para lhe dar conta da sua dramática situação; como é hábito, em vez de uma audiência tiveram o acolhimento da polícia ■ Patrulhas da GNR impedem o acesso à cidade de Braga aos agricultores que pretendiam realizar a feira semanal de gado ■ O primeiro-ministro soviético lança apelo à redução de armamentos e tropas na Europa Central ■ Daniel Ortega é proclamado oficialmente presidente da Nicarágua ■ Exército e polícia ocupam as ruas de Santiago numa tentativa de abafar o protesto popular contra o regime fascista de Pinochet.

### Editorial

# RESOLUÇÃO POLÍTICA DE UM PARTIDO RESPONSÁVEL

O Comité Central do PCP submeteu a um profundo exame a grave situação nacional e de novo propôs ao País medidas imediatas correspondentes. Há momentos cruciais da vida de um povo em que se joga muito das suas conquistas históricas e do seu próprio futuro.

É um desses momentos que vivemos. E quando assim é, assume decisiva importância para uma correcta solução de situações críticas a forma como as forças portadoras do progresso social sabem visionar as questões dominantes, a sua capacidade real de intervir e influir na marcha dos acontecimentos, o sentido de responsabilidade das suas propostas e decisões políticas.

A Resolução Política do Comité Central do PCP saída da reunião plenária de segunda-feira — e que neste número do «Avante!» publicamos na íntegra — é um documento à altura das responsabilidades políticas e da larga representatividade de classe de um Partido que no Portugal de Abril é componente essencial e destacada das forças do progresso social do nosso povo.

A Resolução Política de 26 de Novembro não somente caracteriza os traços fundamentais do momento presente da vida nacional como propõe soluções e aponta exigências imperiosas de acção institucional e política que a situação do País põe na ordem do dia.

É um documento que se dirige ao povo português no seu conjunto mas que visa o objectivo fundamental de armar politicamente as forças interessadas numa decidida mudança de rumo da política nacional, a qual implica a urgente demissão do Governo PS/PSD como premissa imediata de uma alternativa democrática.

É por isso um documento que se impõe à consideração política, ao estudo e à reflexão de todos os democratas e patriotas, de todos os trabalhadores e, naturalmente, com particular empenho realizador, de todos os comunistas e amigos do PCP.

A Resolução Política do Comité Central aponta sete traços característicos fundamentais do momento que vivemos.

Cada um deles tem uma fundamentação irrefutável. O povo português adquire crescente consciência da imperiosa necessidade de não somente mudar de pessoas e de partidos no Poder como também da formação de um governo democrático, de uma alternativa política e de uma política alternativa que opere essa necessária mudança de rumo na vida nacional.

A profunda crise económico-financeira e a gravidade da crise social degenerou numa crise política aguda que exige medidas adequadas e urgentes no plano político e no plano institucional.

Portugal vive uma grave recessão económica com tendências para se agravar ainda mais. A particularidade mais odiosa deste processo de recessão, com todas as suas incidências sociais, no aparelho produtivo e no investimento, é que ele resulta de uma política deliberadamente congeminada e praticada pela clique governante em obediência às ordens e aos interesses do grande capital e do imperialismo.

Os números referidos no documento do Comité Central são reveladores da gravidade da situação.

A decadente integração de Portugal no Mercado Comum, a consumar-se, representaria, nas condições actuais, a consumação da catástrofe da economia portuguesa.

A necessidade de pôr um dique na rota de desastre da economia e de desalabro financeiro é um imperativo da hora presente.

Impõe-se salvar o sistema financeiro da ruptura, tomar medidas cautelares imediatas do sistema bancário, travar o caudaloso endividamento do Estado, particularmente da dívida externa que — como se diz na Declaração Política do Comité Central do PCP — «sufoca literalmente a economia e as finanças do País».

A par do enorme e escandaloso «buraco» orçamental que o Governo Soares/Mota Pinto, na discussão do pedido de autorização de um «orçamento suplementar» à Assembleia da República, tentou escamotear à fiscalização deste órgão de soberania e do povo português, tornou-se meridiano claro que o Governo provocou uma profunda desestabilização do sistema bancário de graves consequências para a economia e as finanças do País, além disso numa operação visando a destruição da banca nacionalizada.

A dívida externa, que se prevê atingir nos finais do ano cerca de 87% do Produto Interno Bruto, exigirá só de juros, em 1984, mais de 1013 milhões de dólares, correspondentes a 20% das exportações previstas.

A política de ruptura do sistema financeiro, de desorganização do sistema bancário, de crescente endividamento do Estado, atestam de maneira indelével — como se diz no documento do CC — «os resultados catastróficos das ofensivas destruidoras do Governo contra as nacionalizações e a Reforma Agrária».

A renegociação da dívida externa «em termos nacionais» — já preconizada pelo PCP e reafirmada na Declaração Política de 26 de Novembro — «é uma exigência para a saída da crise e o desenvolvimento do País».

Pôr fim às ofensivas contra-revolucionárias; garantir os limites dos sectores consagrados na Constituição; organizar a economia, como condição para garantir a evolução económica, social e política do País, é uma exigente tarefa das forças democráticas e patrióticas portuguesas na hora actual.

O Comité Central do PCP chama a atenção para o carácter insustentável da política do Governo PS/PSD na situação social.

O aumento brutal dos preços e do custo de vida (falando-se em novos aumentos para breve nos combustíveis, nos transportes, nos adubos, na energia e outros); as condições de trabalho e de vida violentamente impostas aos trabalhadores pelo Governo Soares/Mota Pinto; a baixa dos salários reais; o escândalo dos salários e subsídios em atraso; o desemprego que aumenta todos os dias com despedimentos massivos em numerosos casos; o número crescente dos contratos a prazo que atinge mais de 600 000 trabalhadores; a progressiva liquidação dos direitos e regalias sociais em largos sectores do trabalho atingem duramente as classes trabalhadoras, as situações ilegais multiplicam-se por iniciativas e pela acção do Governo.

Os pequenos e médios agricultores sofrem os efeitos da política de espoliação da coligação governante.

O documento do CC denuncia a grave situação das mulheres trabalhadoras, a degradação da sua condição social, os conceitos discriminatórios em relação à mulher, assim como a política anti-juventude dos governantes, o desemprego e a falta de garantias sociais dos jovens trabalhadores, a degradação das condições pedagógicas e de estudo e as carências escolares de toda a ordem que afectam os jovens estudantes.

Os intelectuais e quadros técnicos são directamente atingidos na redução do seu rendimento real e condições de emprego, nas práticas de marginalização imperantes nos seus sectores de actividade.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais são sacrificados aos interesses dos grandes grupos capitalistas, sofrem as consequências da recessão económica e

produtiva, das dificuldades financeiras que a política do Governo lhes provoca numa escala ascendente.

Os reformados e os deficientes são os sectores sociais mais profundamente afectados; as carências na habitação social e na saúde, o agravamento da carga fiscal sobre as camadas mais desfavorecidas completam o quadro sombrio da política de guerra social do Governo.

A Resolução Política do CC denuncia a degradação da vida democrática, a ofensiva governamental e reacção contra as liberdades, as tentativas de criação de um Estado policial.

A governamentalização desavergonhada da Comunicação Social estatizada, o absoluto desrespeito do pluralismo democrático em favor da coligação governante, constituem atropelos dos mais flagrantes das regras constitucionais e da democracia.

A política de capitulação ante o imperialismo e o capital estrangeiro, a submissão aos planos belicistas e de guerra nuclear do Pentágono e da NATO põem em perigo a independência, a paz e a segurança de Portugal.

No plano económico e financeiro, no plano social, no plano cultural e ideológico, no plano diplomático, no plano militar e de defesa é a submissão mais abjecta aos interesses imperialistas e das multinacionais.

O documento do CC chama a atenção para os graves atropelos e bloqueamentos no funcionamento das instituições resultantes da política antidemocrática e antinacional da clique PS/PSD.

Manifestas inconstitucionalidades, desrespeito ostensivo pela legalidade democrática, degradação completa da acção governativa, a incompetência, abuso do poder, a corrupção, as manobras de baixa política condenam abertamente a acção do Governo Soares/Mota Pinto.

A Assembleia da República, o Presidente da República, os Tribunais são desrespeitados.

A ofensiva contra as autarquias e o Poder Local Democrático prejudica igualmente o funcionamento das instituições.

Nas Forças Armadas a política do Governo põe em causa o seu carácter e a sua missão constitucional.

Toda a política económica e financeira do Governo agride a Constituição, colide com as instituições, é um factor que justifica, exige e coloca com urgência a demissão do Governo PS/PSD.

Não é de estranhar que no seio da coligação se agravem as contradições, as rivalidades de interesses, as ambições pessoais.

O espectáculo destas últimas horas, em que as hostilidades subiram de tom e em que a coligação PS/PSD procura salvar-se da derrocada por meio de expedientes e baixos golpes mútuos, é edificante e confirma a justiça das conclusões e propostas políticas do Comité Central.

As poderosas acções em curso, dos trabalhadores, operários industriais e agrícolas, a grande jornada de luta dos agricultores, conduzida pela CNA, os desfiles de ontem dos trabalhadores da Função Pública e as poderosas acções já anunciadas pela CGTP-IN e outros organismos unitários dos trabalhadores, para hoje, e, sobretudo, a grande acção de massas anunciada para Lisboa, Porto e outros locais para o dia 15 de Dezembro, representam e representarão uma contribuição decisiva para escorregar do Governo a clique Soares/Mota Pinto, do PS e do PS/PSD e para abrir caminho a uma alternativa democrática.

A Resolução Política do CC do PCP é, nesta perspectiva, um valioso contributo para as necessárias soluções políticas e institucionais que a situação exige.

## Solidariedade entre trabalhadores em debate em Lisboa

Lisboa foi, nestes últimos dias, centro de debate dos graves problemas que afectam os trabalhadores do mundo capitalista. Dias 23 e 24, realizou-se no Hotel Berna, e com o patrocínio da CGTP-IN, uma Mesa Redonda internacional sobre os temas — «Crise, emprego, emigração».

A Mesa Redonda, em que participaram 24 organizações sindicais de 14 países, incluiu iniciativas como um plenário de Solidariedade com os trabalhadores da Lisnave, e um encontro com os representantes dos trabalhadores do distrito de Setúbal, exemplo vivo da dramática situação dos trabalhadores portugueses com salários em atraso.

Do debate resultou, antes do mais, uma afirmação de solidariedade com a heróica luta dos mineiros britânicos (presentes nos trabalhos da Mesa Redonda) e com os trabalhadores portugueses com salários em atraso.

O desemprego foi apontado como o mais grave problema da Europa capitalista (nos finais do próximo ano atingirá, só no continente, mais de 20 milhões de pessoas). Entre as causas apontadas para esta situação, destaca-se a crise económica do capitalismo, e em particular as políticas económicas recessivas, as formas de reestruturação das indústrias tradicionais e em geral do próprio processo de trabalho, quando da introdução de novas tecnologias, e ainda a canalização de importantes recursos, financeiros e humanos, para as indústrias de armamento.

A necessidade de acções comuns ou convergentes, por força da própria interdependência e interligação das econo-

mias e no que respeita aos emigrantes, ameaçados pelo desemprego, pelo racismo hábilmente fomentado e pelo regresso compulsivo aos seus países de origem — surgiu como uma tónica entre as preocupações expressas na Mesa Redonda.

Outros importantes problemas foram abordados, nomeadamente a importância da cooperação económica, incluindo a intensificação do comércio entre países capitalistas e socialistas (geradora de empregos e factor de estabilização). Contestadas teses do patronato — a nível nacional e internacional — como a de que um crescimento dos EUA (esporádico e alimentado por economias mais fracas) poderia estimular a recuperação da economia este-europeia; e ainda as «recitas» do Banco Mundial e do FMI que têm conduzido a despedimentos em massa.

Como tema sempre presente a crítica à militarização da economia e em geral a importância da batalha pela Paz.

A batalha pela Paz foi também questão de fundo nos contactos realizados com uma delegação de jornalistas soviéticos que se deslocou ao nosso país. Num encontro com jornalistas portugueses foi salientado o papel na imprensa nesta batalha e sublinhou-se, significativamente: «há uma diferença (...) entre o facto de a URSS se haver comprometido solenemente a não tomar a iniciativa de utilizar a arma nuclear e o facto dos EUA continuarem a recusar-se a fazê-lo».

Uma diferença fundamental, que define uma fronteira entre os que se batem pela paz e os que promovem a guerra, ou entre os que defendem os interesses dos trabalhadores e dos povos e os que vivem à custa da sua exploração.

\*\*\*\*\*  
A VENDA  
\*\*\*\*\*

**X CONGRESSO**  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

COM O PCP CONTINUAR ABRIL

\*\*\*\*\*

A VENDA: Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O Militante**

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**1983**  
EDIÇÃO ENCADERNADA

P.V.P.: 500\$00

Pedidos a: **Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L.**  
Av. Santos Dumont, 57, 2.º 1000 LISBOA

**Esteiros**  
Soeiro Pereira Gomes

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

(edição ilustrada)

edições **Avante!**

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725/769722

**Congresso do Partido Comunista Romeno**

Regressou da Roménia a delegação do PCP que, a convite do Comité Central do Partido Comunista Romeno participou nos trabalhos do 13.º Congresso daquele partido.

A delegação era composta por Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Vítor Castro, membro suplente do CC do PCP.

No próximo número faremos referência aos trabalhos do Congresso.

DISTRIBUIÇÃO: **CDL - Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L.** Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 786402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 776936/776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 301067

Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Outubro: 40 160

Nacional

# Jornadas de hoje ACTUAR EM MASSA

## Os objectivos são comuns

Hoje em Lisboa:

- Concentração dos trabalhadores dos Transportes, às 16 e 30, na Praça do Comércio, em frente ao Ministério do Equipamento Social.
- Inicia-se, prosseguindo amanhã, o IV Encontro Nacional das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) da Segurança Social, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Prevista iniciativa dos TFP para o Rossio, depois do almoço, apoiando a jornada nacional de luta do movimento sindical unitário, na continuação da jornada de ontem pela negociação salarial e carreiras.
- Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL): Plenário Geral do Sector, às 19 e 30 na sede, Rua Almirante Barroso, 3 (à Estrela).

Hoje, no Porto, em Lisboa, Aveiro, Setúbal, Santarém

- Plenários, concentrações, acções de esclarecimento nas ruas e nas empresas contra os salários em atraso, a ruína do sector empresarial do Estado, o desemprego, os despedimentos e a repressão.

A situação social nos distritos de Lisboa e de Setúbal faz prever para hoje forte adesão às lutas de massas decididas e anunciadas pelo movimento sindical unitário e pelas organizações representativas dos trabalhadores. O mesmo sucede no Porto e em outras localidades do País onde foram marcadas acções de hoje.

Os plenários de trabalhadores, muito concorridos nas últimas semanas, tomaram decisões firmes perante a mais que demonstrada incapacidade governamental para dar solução, ou pelo menos algum remédio às penosas situações enfrentadas pelo número crescente de famílias sem salários, submetidas a uma campanha de intoxicação diária da parte de um governo comprometido com a sua própria dissolução.

A convergência das formas de luta (ver Suplemento) é sintomática da péssima condução (se em condução se pode ainda falar) dos negócios públicos e das numerosas perspectivas que as acções de vários ministérios no campo da economia deixam prever.

A dois dias da saída deste número do «Avante!», os elementos disponíveis no plano sindical remetem todos para um crescendo da luta de massas, nas empresas e na rua. As próprias diligências junto de organismos oficiais acabam por se transformar, como vem su-

Jornada dos TFP

Proseguia antontem a mobilização para a jornada nacional de luta convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública. Colagem de cartazes, plenários e reuniões nos locais de trabalho, actividade redobrada dos delegados, dirigentes e activistas sindicais, mobilização para as iniciativas programadas para a província ocupava grande número de quadros centrais e das várias regiões do País. As principais reivindicações dos TFP resumem-se, como é sabido, a salários compatíveis e carreiras decentes.

Mas a sua luta, que se tem prolongado pelas formas possíveis e adequadas ao sector, é parte integrante, e mesmo substancial, da luta comum contra a degradação acelerada das condições de vida e de trabalho que aflige um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados, reforma-

presentou uma forte contribuição para o ascenso das lutas de massas e, segundo os dados recolhidos até antontem, deve ter constituído uma das melhores acções de luta levadas a cabo no sector.

Ao anunciar os três objectivos da manifestação de ontem, o secretariado nacional da Federação dos Professores recorda que «O Orçamento da Educação para 1984, além de ter um 'buraco' superior a 13 milhões de contos, foi o mais baixo desde há muitos anos. As despesas com a Educação representam 9,4 por cento do Orçamento de Estado, quando em 1976 foram 20,4 por cento e em 1982 12,5 por cento. Comparando verifica-se que as despesas com a Educação foram em 1984 de cerca de 3,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), quando, segundo a UNESCO, (1981) os países desenvolvidos investem na Educação em média 5,9 por cento do PIB, os países em vias de desenvolvimento 4,7 e a média no mundo é de 5,6».

Os três objectivos anunciados pela Federação Nacional dos Professores são: «O aumento do Orçamento para a Educação; aumentos salariais justos para 1985; e negociação imediata das carreiras docentes».

Péssima situação social na Amadora

Numa reunião amplamente unitária e mobilizadora, organizações sociais e representativas, sindicatos, a autarquia e personalidades do concelho da Amadora manifestaram publicamente no sábado durante o I Encontro-Debate sobre a situação social no concelho a sua profunda apreensão pela degradação crescente dos factores sociais e económicos que se reflectem no elevado volume dos salários em atraso, na falta de garantia de emprego, nas carências insuperáveis no domínio da habitação, educação, saúde e segurança social. O Executivo Soares/Pinto, como acontece invariavelmente sempre que se reúnem trabalhadores e populações afectadas, foi directamente acusado, com provas autênticas e de proveniências várias, pela inexistência de apoio às iniciativas locais e pela degradação do que existia de bom na actividade económica e social. O panorama que saiu do Encontro pode servir todo ele para ilustrar o que se passa nomeada-

mente nas grandes zonas industriais suburbanas e serve também de alerta contra as pequenas ilusões eleitoralistas que as forças políticas respon-

sáveis por este estado de coisas ainda possam vir a incutir em quem vive dos salários ou de pequenos rendimentos por todo o País.

Interpelação sobre política educativa será em 4 e 5 de Dezembro



# «Um debate de inegável oportunidade»

Com a sua lista de prioridades completamente subvertida — sabem lá qual será a prioridade, quando se trata agora, entre os partidos do Governo, de decidir se devem ou não manter a coligação que tão abalada anda —, a maioria não desiste, porém, de tomar decisões... importantes. Está visto que a importância é medida, pelo PS e pelo PSD, em termos monetários. O estatuto dos deputados e, sobretudo, o que eles vão ganhar a mais, é agora a única prioridade da «abrançente» maioria. Como se estivesse a aproveitar os últimos dias abocanhando o orçamento.

Por falar em Orçamento, discutiu-se na semana passada o Orçamento Suplementar da AR para o ano que corre. Buraco também. E buraco, assinalaram os comunistas, principalmente à conta de exageradas despesas com representações dos parlamentares portugueses no estrangeiro, com despesas de visitas e viagens.

Não quiseram os deputados do PCP concluir que a Assembleia da República deixasse de enviar ao estrangeiro representações suas. Mas sublinharam que tais representações têm sido exageradamente numerosas e dispendiosas. Só um exemplo: recentemente partiram para Dublin nada menos de 19 (!) deputados para nova viagem. Não querendo entretanto inviabilizar a dotação orçamental para a AR, os comunistas votaram favoravelmente a proposta.

Quanto ao Orçamento do Estado para 1985, cujo atraso na apresentação à AR é já escandaloso — deveria ter sido apresentado até 15 de Outubro passado —, o PCP comentou, em nota distribuída na passada semana, que tal atraso reflecte o fracasso da coligação e deriva «não apenas do descalabro económico e financeiro provocado pela política governamen-

tal, mas também das agudas dificuldades e contradições em que a coligação PSPSD está mergulhada, com origem determinante no fracasso da sua própria política, na sua total incapacidade de dar resposta aos problemas nacionais e na poderosa luta dos trabalhadores e das forças democráticas contra a ruínoosa acção governamental».

Acusando o Governo de fugir «deliberadamente à apreciação da sua política pela AR» e de desrespeitar «as leis em vigor e as regras mais elementares do relacionamento entre órgãos de soberania», o PCP responsabiliza ainda o executivo de afectar e inviabilizar «o regular funcionamento das instituições».

Interpelação

Mas o Governo não consegue fugir completamente à apreciação, por parte da AR, da política que promove. Com as alterações ao Regimento em final de debate, a maioria e sobretudo o Governo vão ver — finalmente? — debatida a política educativa, na interpelação já marcada para os dias 4 e 5 de Dezembro.

A interpelação que vai ter lugar na semana que vem tem ocupado, como no último número noticiámos, muitos deputados do PCP que, pelo país fora, visitando diversas zonas, tomaram contacto com escolas, professores, alunos, autarquias, procurando inteirar-se melhor junto dos directamente interessados, das condições em que se trabalha no campo do ensino no nosso país.

Os dados recolhidos, objecto de análise e de sistematização por parte dos deputados comunistas, enriquecerão certamente a interpelação já que, por parte do Governo e dos deputados da maioria, não se espera grande argumentação. Se o



## Cordão humano em Lisboa

«Porque amamos a paz, a Terra, a vida, estamos alarmados com a crescente ameaça de uma guerra nuclear... «Porque amamos Lisboa não podemos aceitar passivamente a sua transformação num alvo nuclear de alta prioridade». Nas palavras, uma afirmação de recusa, uma disposição de luta, uma mensagem de paz. Foi recentemente dirigida ao povo de Lisboa e de tal modo entendida que obteve uma resposta que para muitos terá provavelmente excedido as expectativas: milhares de pessoas, na passada

segunda-feira, na capital formaram um extenso cordão humano entre o Rossio e a Praça do Município como forma de sensibilizar a Câmara Municipal, na altura reunida em sessão pública, para que anuncie o conselho zona militarmente desnuclearizada.

A iniciativa partiu do Movimento Ecológico Português — Partido dos Verdes — tendo acolhido grande receptividade junto da população, nomeadamente de jovens e mulheres, que para o efeito se muniram de velas, de instrumentos musicais, e de cartazes onde da-

vam conta das suas pretensões.

Ao longo do percurso, no extenso cordão humano, palavras de ordem como «Essa paz que tanto queremos, somos nós que a fazemos», «Hiroshima foi terror, em Lisboa só amor» ou «Armas nucleares não, bombas só no S. João», lembraram que «armas nucleares aqui, não obrigados!». No final, junto à Câmara, António Gonzalez, o deputado «verde», explicou as razões da movimentação, entregando de seguida na autarquia um abaixo-assinado pedindo a desnuclearização do concelho.

escolares, os deputados reuniram com eleitos das Câmaras Municipais de quem recolheram também informações.

## PCP aborda situação da juventude

Entretanto, antontem, o deputado Paulo Azeiteira, em intervenções no período de antes da Ordem do Dia, na AR, falou sobre a situação da juventude portuguesa e sobre a atenção que tal tema tem merecido por parte do PCP, ao longo da legislatura, sob todas as formas de intervenção parlamentar.

Apresentámos e foram debatidos ou aguardam apreciação, numerosos projectos de lei com incidência directa sobre os problemas juvenis — afirmou Paulo Azeiteira. E continuou:

Chamámos à ratificação, as iniciativas legislativas do Governo que mais claramente atentam contra os direitos e as condições de vida dos jovens.

Alertámos a Assembleia, denunciámos perante a opinião pública, questionámos o Governo, sob a forma de intervenção no período de antes da ordem do dia, de requerimentos ou de perguntas ao Governo, situações referentes ao mundo de sobreexploração, de insegurança e discriminações dos jovens trabalhadores, as referentes ao ensino, ao apoio aos jovens desempregados, à habitação, ao apoio às organizações juvenis, à detenção de menores, à proliferação da droga e à recuperação e reinserção de toxicómanos e a muitas outras áreas. Iniciativas tomadas, regra geral, na sequência de visitas e contactos directos com os interessados.

Nesta linha de actuação, suscitámos um debate de inegável oportunidade e naturalmente aguardado com grande expectativa: a interpelação ao Governo, centrada na sua política educativa, marcada para os próximos dias 4 e 5 de Dezembro.

Não deixaremos, aí, a par da discussão das principais orientações prosseguidas

pelo Ministério de José Augusto Seabra de levantar muitos dos problemas concretos com que se debatem hoje cerca de meio milhão de jovens, que não encontram, no sistema de ensino, resposta aos seus anseios de formação e preparação para a vida activa, problemas que no seu conjunto fazem da política educativa uma questão central de qualquer política para a juventude.

E mais adiante, salientando o papel determinante que a AR deve ter no sentido de assinalar condignamente o Ano Internacional da Juventude, o deputado avançou:

Citando apenas, e a título de exemplo algumas das iniciativas do PCP: os projectos de lei sobre o Sistema Educativo, os contratos a prazo, o enquadramento do Plano Nacional de Habitação, a atribuição de subsídio de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego, a criação da Faculdade de Direito do Porto e da Licenciatura em Contabilidade, a proibição de instalação, armazenamento, estacionamento ou trânsito de armas nucleares em Portugal.

É tempo de se voltar para a resolução dos problemas com que se debate a jovem geração, designadamente dando rápido andamento à apreciação dos projectos citados.

Por fim, Paulo Azeiteira anunciou que nesse mesmo dia o grupo parlamentar do PCP apresentaria na AR um projecto-lei de revogação da portaria 863-A/84 de 16 de Novembro e de aprovação de medidas para garantia de uma mais justa política de apoio social aos estudantes do ensino superior. O deputado reforçou a solidariedade do grupo parlamentar do PCP aos estudantes universitários em luta.

## Uma emergência

A CGTP-IN acaba de enviar uma carta ao ministro do Trabalho propondo que os trabalhadores com salários em atraso e com maiores carências recebam a partir das verbas do «Dia de Salário para a Nação». Integrado no Fundo de Desemprego, com «autonomia financeira», o DSPN deveria depois cobrar as verbas assim descaídas das entidades patronais devedoras de salários e outras remunerações. A CGTP-IN propõe ainda que o «Ministério do Trabalho indique o montante exacto das verbas existentes e recuperáveis» integradas naquele Fundo por despacho ministerial publicado nos três primeiros números deste ano do «Boletim de Trabalho e Emprego». Segundo a Central, o MT deve proceder, «de acordo com as organizações sindicais interessadas», a uma «listagem das empresas com trabalhadores sem receber salários há mais tempo», incluindo as situações mais graves.

sendo ultimamente, em forma de luta e de mobilização. Assim é legítimo prever que numerosos plenários, reuniões e encontros promovidos pelos sindicatos pelas associações sindicais e outras organizações representativas venham a terminar (alguns deles) em manifestações, concentrações e desfiles contra esta política e contra o Governo que a adoptou.

dos e pessoas idosas, mulheres e jovens à procura de emprego.

A jornada de ontem, a que aderiram todas as organizações sindicais que fazem parte da Frente Comum, designadamente os sindicatos e a Federação dos Professores, o STAL (Administração Local), Médicos, Enfermeiros e os TFP propriamente ditos da Administração Central e Regional, re-

# Conferência de imprensa

Na sequência da reunião do Comité Central da passada segunda-feira realizou-se na manhã do dia seguinte, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma Conferência de Imprensa para apresentação das conclusões da referida reunião. Presentes os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Victor Dias, do CC do PCP.

Victor Dias abriu o encontro com a Imprensa lendo um curto comunicado da reunião do CC do PCP, onde nomeadamente se anunciava a realização de uma Conferência Nacional do Partido sobre «A situação económica do País e a via de desenvolvimento para vencer a crise», a realizar nos dias 30 e 31 de Março do próximo ano. Depois o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, fez uma declaração resumindo as conclusões da reunião (que esta edição do «Avante!» apresenta na íntegra), onde designadamente informou que o CC do PCP definiu o momento presente da vida nacional por sete características fundamentais: 1 — A crise profunda evidenciada na degradação

da situação económica, financeira, social e política; 2 — A ameaça real que pesa sobre as liberdades, o regime democrático e a independência nacional; 3 — A responsabilidade directa na situação criada e nas ameaças referidas da política de restauração monopolista do Governo PS/PSD, continuador da política do Governo «AD»; 4 — A extrema fragilidade de que chegou a coligação governamental por virtude do desastre nacional provocado pela sua política; 5 — A profunda e generalizada indigna-

ção e oposição do povo português à política actual; 6 — O atraso da intervenção para a demissão do Governo dos mecanismos institucionais consagrados na Constituição; 7 — Como resultado das seis anteriores: a verificação de que estão criadas as condições objectivas fundamentais para a imediata demissão do Governo PS/PSD, dependendo esta apenas de factores subjectivos, entre os quais se destacam três: a luta de massas, a iniciativa democrática e o funcionamento das instituições.

Após a exposição de Álvaro Cunhal os jornalistas presentes fizeram diversas perguntas sobre questões como a candidatura da eng.ª M.ª de Lourdes Pintasilgo, os sondagens que diversos jornais têm publicado e que dão sempre uma subida à APU, os mecanismos constitucionais para demitir o Governo e mais um conjunto de questões que, apesar de terem sido contempladas na própria declaração inicial do secretário-geral do PCP, este desenvolveu no diálogo com os jornalistas.



Victor Dias, Álvaro Cunhal e Domingos Abrantes com os jornalistas

## População de Cabreiros em luta

Em luta pela manutenção do Posto Médico instalado há mais de trinta anos e contra a transferência para a freguesia de Sequeira do Centro Regional de Segurança Social de Braga, a população da freguesia de Cabreiros cortou a estrada, na segunda-feira, impedindo as comunicações rodoviárias.

Na manhã desse dia, a população de Cabreiros, alertada pelo toque de sinos a rebato, deu conta de que os ficheiros do posto estavam a ser empacotados para de lá serem retirados. Cortada a circulação ao

princípio da tarde, entre Braga e Barcelos, surgiu a GNR que começou por estabelecer conversações com os representantes da Junta de Freguesia e com elementos da população, que exigiram a presença do Governador Civil e a garantia de que o Posto não seria transferido.

Dada a não comparência do Governador Civil, a população decidiu cortar também a estrada alternativa às comunicações entre Braga e Barcelos. Eram 21 horas. Hora e meia depois uma força da Polícia de Intervenção surgiu e começaram as agressões indiscriminadas, ao

ponto de serem invadidos cafés e de serem furados a tiro pneus de motorizadas e de automóveis estacionados.

A Comissão de Freguesia de Cabreiros do PCP fez sair um comunicado em que manifesta a sua condenação pela actuação repressiva e brutal da força de intervenção, afirmando que tal atitude da Polícia não pode deixar de ser associada à política do actual Governo que sempre usa a violência de cada vez que os trabalhadores e as populações lutam pelos seus direitos.

A Comissão de Freguesia de Cabreiros do PCP — pode ler-se no comunicado — manifesta a sua inteira solidariedade à população, e alerta para o facto de se ter chegado a esta situação porque a Junta de Freguesia (CDS) não tomou a seu tempo as medidas necessárias para arranjar novas instalações, já que a justificação oficial para a mudança do Posto é a de que as instalações estão em ruína. O comunicado sublinha que os eleitos da Aliança Povo Unido na Assembleia de Freguesia já haviam alertado para a situação.

PCP



## «Segurança Interna»: debate na Ajuda

Com a participação da camarada **Carlos Brito**, membro da C. Política do PCP e presidente do Grupo Parlamentar comunista na AR, vai realizar-se amanhã, sexta-feira, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho da Ajuda, em Lisboa, uma sessão pública do Partido sobre a chamada Lei de Segurança Interna. O CT da Ajuda localiza-se na Rua das Mercês, 112.

## Célula da Petrogal do CLL/Olivais

O balanço do trabalho realizado, as perspectivas da acção futura e a eleição do respectivo secretariado serão temas em foco na Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas da Petrogal/EP dos Olivais — Comité Local de Lisboa. Esta Assembleia está marcada para o próximo sábado, dia 1 de Dezembro, na Casa do ALENTEJO. Os trabalhos têm início previsto para as 14 e 30. O camarada **Blancqui Teixeira**, membro da C. Política e do Secretariado do CC do Partido, participará nesta importante realização da célula do PCP.

## Iniciativas no CT de Sete Rios

A projecção do filme «Meridiano das Caraíbas» e um debate-colóquio com a participação da camarada **Aurélio Santos**, do CC, que esteve recentemente na Nicarágua, constituem o programa da iniciativa a realizar amanhã à noite no Centro de Trabalho do PCP em Sete Rios, Lisboa. A sessão começa às 21 horas. No mesmo CT, decorrerá no próximo sábado, às 13 horas, um almoço-conívio.

## Mercado de Natal em P. Novo

O famoso bolo-rei, bebidas diversas, frutas secas, artesanato, artigos desportivos, queijos, presuntos e culeria são alguns dos muitos produtos que o nosso leitor encontrará no Mercado de Natal que funciona no Centro de Trabalho do PCP em Pinhal Novo, no distrito de Setúbal, iniciativa da respectiva Comissão de Freguesia do Partido. «Poupa, ajudando o Partido», «esperamos pela tua oferta» e «visita-nos» — são apelos da organização, que aqui ficam no «Avante!».

## Célula do Montepio Geral

No passado dia 24 realizou-se a 2.ª Assembleia da Célula do Montepio Geral do PCP. Nesta Assembleia, onde foram debatidos os problemas da empresa e os problemas da organização do Partido, foi eleito o novo secretariado da célula. Os trabalhadores comunistas do Montepio Geral aprovaram também o relatório de actividade da célula.

## Célula da CGD em Assembleia

Este sábado, dia 1 de Dezembro, realiza-se no Centro de Trabalho do Chiado, em Lisboa, a Assembleia da Célula da Caixa Geral de Depósitos do PCP. Nesta Assembleia, onde foram debatidos os problemas da empresa e os problemas da organização do Partido, foi eleito o novo secretariado da célula. Os trabalhadores comunistas do Montepio Geral aprovaram também o relatório de actividade da célula.

## Assembleia da Concelhia da Guarda é já dia 9

Sob o lema «reforçar o Partido, com Abril, lutar para vencer», realiza-se no próximo dia 9 de Dezembro a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia da Guarda do PCP. Segundo o Secretariado da Comissão Concelhia, que apela para o empenhamento na preparação deste importante encontro, a realização desta primeira assembleia «irá permitir melhorar e aprofundar o conhecimento dos problemas existentes no concelho, nomeadamente no que respeita à situação económica e social».

## Apelação reunida em Assembleia

A organização da Freguesia da Apelação do PCP realiza, no próximo dia 9 de Dezembro a sua 1.ª Assembleia da Organização. Com início às 10 horas, a Assembleia realiza-se na sala do Grupo Recreativo Apelaçonnense e tem como lema «pelo reforço do Partido, avante com Abril!».

## 3.ª Assembleia no Seixal

«Com o PCP, alargar a unidade, prosseguir Abril» é o lema da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do Seixal do PCP, marcada para o próximo domingo, dia 2, e cujos trabalhos decorrerão no pavilhão da Siderurgia Nacional-EP.

## Noite alentejana na Romeira

Inserida na campanha de fundos de Natal e de fim de ano dos comunistas alentejanos, vai realizar-se no próximo sábado, no pavilhão da Romeira, uma Noite Alentejana com entrada livre. Participam os seguintes grupos corais alentejanos: «Os Amigos do Barreiro», do Centro Cultural e Desportivo das Paivas e Eco Alentejano. Os momentos de poesia estarão a cargo de Orlando Laranjeiro. Atenção ao serviço de bar preparado para a iniciativa.

## Quinta do Conde e Zambujal (Sesimbra)

Está marcada para o próximo domingo a 2.ª Assembleia da Organização Local da Quinta do Conde (Sesimbra). Recentemente, realizou-se a 1.ª Assembleia dos comunistas do Zambujal, outra localidade do concelho de Sesimbra. Perante um número significativo de militantes, discutiu-se e aprovou-se o relatório da Comissão Local cessante e elegeu-se a nova Comissão Local, actos que obtiveram a unanimidade dos militantes.

Na sua intervenção, o camarada **Valdemar Santos**, da DORS, salientou o número de mulheres eleitas para aquele organismo de direcção, perfazendo os 40% do total. «É prova da coragem das mulheres, mas também podemos dizê-lo, tendo em conta os condicionamentos específicos que afectam as mulheres, é igualmente prova de coragem dos homens desta organização.»

## Convívio em Lamego

No próximo Domingo, a partir das 15 horas, no salão por cima do Mercado Municipal, em Lamego, a Comissão Concelhia do PCP vai realizar um convívio durante o qual intervirá a camarada **Zita Seabra**, da Comissão Política do CC do PCP.

Com a participação do grupo de música popular portuguesa «Viva a Música», o convívio lameçense terá baile durante a tarde e cinema às 21 horas. Haverá bar — castanha assada, vinho novo, caldo verde — e está previsto ainda um mercado do livro e do disco.

## Passagem de ano em Viseu

A Comissão Distrital de Viseu do PCP está desde já a preparar tudo para que a festa da passagem de ano seja a mais participada de sempre e se realize nessa data um grande convívio entre comunistas, democratas e suas famílias.

O local já está assegurado — vai ser o Ginásio da Escola Secundária «Alves Martins», em Viseu. O conjunto musical «Forum» animará o baile até às tantas. Funcionará também um bar. Desde já os camaradas e amigos interessados podem fazer a marcação de mesa nos centros de trabalho do Partido do distrito de Viseu.

# I.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém

## «Ao trabalho, camaradas!»

O significado de três palavras pode «ir mais longe» do que muitas vezes se julga. As palavras que ouvimos e registámos (no papel e na memória) foram proferidas perante um vasto auditório, no fim de várias intervenções, que abordaram temas bem diferentes, revelando um profundo conhecimento dos problemas e das realidades. Não são os «vivos» que habitualmente fecham os discursos e intervenções nas assembleias, nas sessões e nos comícios do PCP. Os «vivos» também lá estavam, mas vinham depois.

São três palavras que reflectem uma forma de estar e de actuar. Caracterizam um espírito de combatividade e de energia. Falam da dinâmica com que em todo o País «mexe» um grande colectivo partidário. Mas, neste caso, as tais três palavras dizem ainda um pouco mais do que isso: ajudam o jornalista a contar como foi, como decorreu e o que perspectivou uma destacada realização política com milhares de participantes — a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP.

Mais do que um apelo, essas três palavras são a certeza de que o futuro é possível. De que o futuro se prepara e defende com mais unidade, mais luta, mais firmeza e mais empenhamento dos democratas e do povo. Aproxima-se um novo ano, com grandes batalhas políticas em «agenda». Um ano que está directamente ligado ao futuro e à «mensagem» das três palavras ouvidas em Alpiarça, na 1.ª Assembleia Regional do PCP: **Ao trabalho, camaradas!**

«Reforçar o PCP, desenvolver a Região, continuar Abril» — este o lema que acompanhou os trabalhos da 1.ª Assembleia Regional dos comunistas de Santarém, iniciativa que possibilitou «um maior conhecimento da realidade do distrito» e das «potencialidades da organização do Partido», demonstrando ao mesmo tempo que o PCP tanto nesta região como em todo o País é uma força «indispensável ao desenvolvimento da luta pela defesa das conquistas de Abril e por uma alternativa democrática», como sublinha a resolução política aprovada por unanimidade na Assembleia.

Cerca de 500 delegados, eleitos em 158 assembleias e reuniões plenárias realizadas no decurso da actividade preparatória, bem como algumas centenas de convidados, estiveram no último sábado no pavilhão dos «Águias», na vila de Alpiarça, tendo os trabalhos encerrado com uma sessão pública em que discursou o camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. Além de **Álvaro Cunhal**, outros dois elementos da Comissão Política do Partido estiveram na tribuna da Assembleia: **Dias Lourenço**, deputado pelo distrito, e **Raimundo Cabral**, da DORSA. Membros do Executivo da Direcção Regional, outro deputado comunista eleito por Santarém, **Álvaro Brasileiro**, membros da DORSA, de Comissões Concelhias, células e

outros organismos e sectores do Partido, camaradas com responsabilidades nas autarquias do distrito, operários agrícolas e industriais, quadros técnicos e intelectuais, um representante da JCP e camaradas ligados a diversas frentes de luta, constituíram ainda a mesa da presidência.

### Ligação crescente às realidades

Caracterizando situações (nos concelhos, nas freguesias, nas empresas, nas escolas, nos diferentes sectores), relatando experiências, apontando direcções de luta, falando de deficiências que urge ultrapassar, apontando metas e objectivos concretos — dezenas de intervenções proferidas na Assembleia demonstraram que a organização do PCP no distrito de Santarém está empenhada com determinação no reforço do Partido e na sua ligação crescente e cada vez mais profunda às realidades, aos problemas e às aspirações do povo e da juventude.

Quem assistiu aos trabalhos desta Assembleia ficou com uma informação sobre os principais aspectos da vida na região, relatados em breves apontamentos lidos pelos delegados. Para além das intervenções sobre a situação nos 21 concelhos do distrito, a Assembleia caracterizou e apontou medidas em áreas tão sensíveis e fundamentadas para a

vida do distrito como a Saúde, o Ensino, os Reformados, as Mulheres, a Juventude, a Reforma Agrária e as Autarquias.

As questões relacionadas com os pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros, por um lado, e com os pequenos e médios comerciantes e industriais, por outro, mereceram atenção especial da Assembleia, que registou igualmente intervenções de interesse sobre a luta pela Paz, o movimento cooperativo, o movimento sindical e a luta de massas.

No plano orgânico, e para além das referências nas intervenções sobre a situação concelhia, registaram-se comunicações sobre temas centrais, nomeadamente sobre o trabalho de fundos, informação e propaganda, problemas de organização e quadros. A actividade dos três deputados comunistas eleitos por Santarém para a Assembleia da República esteve na base de outra intervenção.

Momento de especial significado no decorrer dos trabalhos foi a aprovação da moção de solidariedade para com os trabalhadores que, enfrentando a fome, o desemprego e a repressão patronal, lutam pelos seus direitos. A moção destaca particularmente os 700 mil contos de salários em atraso no distrito e as situações vividas nos concelhos de Benavente, Tramagal, Tomar e Sardoal. Entre outras, as empresas que têm salários em atraso nesta região são a **Sardan, VM, Branco e Carvalho e MDF**. O documento aprovado refere ainda o apoio dos comunistas às jornadas de luta de 28 a 29 de Novembro e de 15 de Dezembro.

Além do relatório-resolução, cujo projecto teve uma tiragem de três mil exemplares, reunindo 315 das 350 propostas de alteração, emenda e desenvolvimento apresentadas pelos militantes, a Assembleia aprovou também por unanimidade e aclamação um conjunto de

objectivos «imediatos e para o ano de 1985».

### Nove objectivos prioritários

São os seguintes os 9 objectivos prioritários aprovados pelos delegados, «considerando a importância das decisivas batalhas que se irão travar no ano de 1985»:

1.ª Todas as organizações do Partido devem utilizar todas as suas forças na acção mobilizadora para a intensificação da luta de massas contra a política do governo PS/PSD, pela sua demissão, por uma alternativa democrática.

2.ª Desenvolver contactos e acções que contribuam para o reforço da unidade de todos os democratas e patriotas.

3.ª As organizações do Partido no início de 1985, devem definir as prioridades, os objectivos e a sua actividade com vista às próximas eleições autárquicas.

É necessário tomar, desde já, medidas orgânicas para iniciar a formação de listas APU e criar em todos os concelhos Comissões de apoio à APU.

4.ª Desenvolver esforços para activar o recrutamento orientado para os concelhos e empresas onde estamos mais atrasados, para os jovens, mulheres, camponeses, intelectuais e quadros técnicos, pequenos empresários e, sobretudo, para aqueles trabalhadores que mais se têm destacado na luta. Ter bem presente a necessidade e o dever de cumprir as metas.

5.ª Tomar medidas concretas para reduzir o número de membros sem contacto regular com o Partido, aprofundar a sua ligação às massas e o conhecimento dos seus problemas.

6.ª Fazer esforços para que todos os organismos do Partido tenham um funcionamento regular. Dinamizar no primeiro semestre de 1985 as Comissões Concelhias em Mação, Ferreira do Zêzere, Golegã e Constância; criar novas Comissões de Freguesia; tomar me-

das em cada concelho para se atingirem os objectivos traçados para a Campanha de Reforço das Células de Empresa.

7.ª Considerar como tarefa prioritária e importante, até Junho de 1985, a realização de 7 Assembleias das Organizações Concelhias, 15 de Organizações de Freguesia, 5 de Organizações Locais e 10 de Células de Empresa ou de Sector.

8.ª Tomar medidas necessárias para o aumento das receitas, assegurando o pagamento regular das quotas; — que até Março de 1985 estejam cobradas 80% das quotas de 1984; diversificar e aumentar o número de iniciativas de recolha de fundos.

9.ª Melhorar a formação política e ideológica dos nossos militantes; estimular a leitura e intensificar a venda do «Avante!» e de «O Militante». Nenhuma organização do Partido a nível de concelho, freguesia, local, empresa ou sector, deverá vender menos de 4 «Avante!» e 1 «Militante» por cada 10 membros do Partido.

«Levar à prática estas e outras tarefas do Partido é uma responsabilidade individual e colectiva que cabe a todos os militantes e organismos do Partido», conclui a resolução aprovada.

A eleição da nova Direcção Regional do PCP — um dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia — decorreu em sessão reservada a delegados, que elegeram por unanimidade uma DORSA com 56 membros, sete dos quais mulheres. Os camaradas que agora vão dirigir o trabalho do Partido neste distrito até à próxima Assembleia foram apresentados na sessão pública de encerramento, momentos antes da intervenção do camarada **Álvaro Cunhal**. Na altura, **Francisco Lanchinha**, membro do CC e da DORSA, fez um rápido balanço da Assembleia, tendo destacado ainda o apoio técnico aos trabalhos e a responsabilidade assumida pela organização de Alpiarça na preparação e funcionamento da Assembleia.

## Os resultados de uma feroz ofensiva contra Abril

Durante 8 anos consecutivos, os sucessivos governos PS/PSD, Mota Pinto, «AD» e agora o do M.S.M. desenvolveram uma feroz ofensiva e assestado graves conquistas democráticas no distrito de Santarém.

O Governo PS/PSD com a sua política anti-Abril agravou essa ofensiva, que se caracteriza por diversas tentativas de aumento dos preços, do número de trabalhadores com contratos a prazo, dos despedimentos e do desemprego de 20 mil no distrito). O não pagamento de salários em atraso atingiu mais de 8000 trabalhadores.

Continuando a política anterior, o Governo PS/PSD criou condições de vida de todas as camadas laborais do distrito: de-se a situação em sectores como a habitação, transportes, ensino, meio ambiente, etc.

Ao longo destes 8 anos os sucessivos governos desenvolveram uma feroz e destruidora ofensiva contra as empresas privadas e participadas, promovendo a sabotagem económica, mantendo, promovendo o estrangulamento financeiro, a inflação, a entrega aos capitalistas de sectores ou empresas.

Para muitas pequenas e médias empresas do distrito a política de recuperação capitalista têm provocado grandes dificuldades: é o encerramento, a paralisação, ou diminuição de actividades em muitas empresas.

## O roubo de 40 mil hectares

Ao fim destes 8 anos de ofensiva, os governos e os seus aliados da CAP conseguiram roubar às UCPs/Coop. do distrito hectares das melhores terras e destruído 20 UCPs/Coop.

Das terras roubadas às Coop., 7,5% foram entregues aos agricultores ou seareiros, 91,5% foram entregues a outros agrários.

## Os eucaliptos e o Banco Mundial

O Governo PS/PSD está conduzindo a agricultura do país como a do País, ao descalabro e milhares de pequenos e agricultores à ruína, campos férteis do distrito, com condições para produzir cereais, carne ou leite — que tanto o nosso País — estão a ser abandonados ou empastados por eucaliptos, tratando a subordinação do Governo à CEE e ao Banco Mundial.

## PCP/APU: sempre a crescer

Em 1975, para a Assembleia Constituinte, o PCP obteve dos votos, em 1982 e 1983 a APU obteve 23,1% e 20,1% dos votos, respectivamente, para as Assembleias Municipais e Assembleia da República.

A APU passou de 2 para 3 deputados na Assembleia pública apesar da diminuição do número geral de mandatos para 144.

## 10 442 militantes do PCP

Em fins de 1974, o Partido no distrito de Santarém contava 3800 militantes, subindo para 8460 nos finais de 1978. Actualmente a ORSA conta com 10 442 militantes, não contando com os membros da JCP.

A composição social com 6771 operários, 1386 empregados e de carácter de classe do Partido, como Partido de operária e de todos os trabalhadores.

Quanto à composição etária, são membros da ORSA 20% menos de 30 anos, 50,6% de 30 a 50 anos. Apesar dos números serem satisfatórios, continua a justificar-se o recrutamento de jovens.

O número de mulheres é de 2492 verificando-se um aumento nos últimos anos.

## 238 organismos

No balanço provisório realizado para a Assembleia, o PCP conta com 238 organismos mas, apesar disso persistem muitos organismos que funcionam debilmente, organizações fechadas ligadas das massas, pouco funcionamento em várias células, pressa, são situações que temos que superar com o esforço do Partido.

(Da intervenção de abertura, lida por Raimundo Brasileiro, membro da Comissão Política do Partido)



## Os quadros dirigentes das UCPs

Os quadros dirigentes das UCPs, eleitos pelos seus companheiros de trabalho, acumularam enorme experiência, reforçaram a sua organização, enfim amadureceram — centenas de cavadores, tratantes e pastores que jamais haviam participado na gestão da lavoura, introduziram e diversificaram novas culturas, construíram barragens e alargaram a área de regadio em milhares de hectares construíram modernas vacarias apetrechadas com o equipamento de ordenha mais sofisticado actualmente existente no país contrataram quadros técnicos para o seu serviço.

Enfim são esses e homens e mulheres (alguns deles ausentes analfabetos) que dirigem essas grandes e modernas empresas agrícolas que são as Unidades Colectivas de Produção.

Arquímio Mocinho, membro da C. Concelhia de Coruche

## PMSC's: a luta contra as leis do arrendamento

Vale a pena destacar a luta contra as novas leis do arrendamento comercial, visto que foi à volta desta luta que surgiram com maior evidência as contradições de interesses e objectivos entre a Confederação do Comércio e um grande número de Associações de classe de pequena dimensão, bem como com o Movimento dos PMCI's.

É de lembrar que foi o nosso Partido que esteve ao lado dos comerciantes, na luta contra essa legislação de arrendamento comercial, como também em relação a outras lutas dos PMCI's e associações de classe, tendo tomado a iniciativa de chamar a ratificação no AR os respectivos diplomatas e pugnando pela sua revogação e substituição por leis que fossem ao encontro das aspirações de classe.

Manuel José Rodrigues, membro da C. Concelhia de Alcanena

## O movimento camponês

Com o Progresso dos últimos anos, o Movimento Camponês apareceu pela primeira vez na cena social do distrito como uma força social organizada, com extraordinária potencialidade, defendendo melhor os interesses dos agricultores e participando na construção do novo Portugal Democrático.

Carlos Nunes, seareiro

## A juventude comunista

A JCP no distrito conta actualmente nas suas fileiras com 1623 jovens, sendo 56% operários e empregados, 34% estudantes, 10% profissões diversas e desempregados. O número de raparigas é de 24%. Este ano realizaram-se 152 novos recrutamentos.

António Vieira, jovem comunista

## Temas e problemas

### Povo Unido nas autarquias: 700 mandatos

No distrito de Santarém a FEPU ganha já em 1976 (por maioria absoluta) as Câmaras de Alpiarça e Coruche — tradicionais baluartes do Partido, e 10 Juntas de Freguesia. Em 1979 ganha mais duas Câmaras — Benavente (maioria absoluta) e Chamusca (maioria relativa) e fica com 16 Juntas de Freguesia. Em 1982 alcança as melhores posições de sempre conseguindo manter as 4 Câmaras (transformando a maioria relativa da Chamusca em maioria absoluta), vencer em 22 freguesias e atingir cerca de 700 mandatos directos — 36 em 16 Câmaras Municipais, 181 em todas as 21 Assembleias Municipais, 391 em 118 Assembleias de Freguesias e cerca de 80 em mais de 30 Juntas de Freguesia. Conseguimos pela primeira vez ter 1/4 dos membros da Assembleia Distrital (16) o que já permitiu convocar a extraordinariamente por várias vezes para debater questões importantes para o poder local e as populações.

Carlos Gomes, membro da DORSA e presidente da CM de Coruche

### Reformados: 30% da população

São os reformados, pensionistas e idosos, cerca de 60 mil no nosso distrito, representando cerca de 30% da população, o que equivale a dizer que somos uma força a ter em conta.

Na verdade, não tem esta força sido aproveitada para grandes acções em prol de melhores dias, que nos restam de vida.

António Angelino, reformado

### Informação e Propaganda: Temos de compreender...

Temos de compreender e não esquecer por um só momento que a informação, a propaganda, a agitação são parte integrante e indissociável da luta do trabalho orgânico e político. É trabalho para organizar planejar e não para fazer (quando se faz) só por alturas de campanhas específicas.

1985 vai ser um ano de importantes batalhas políticas e eleitorais. Não podemos perder tempo.

Mário Rodrigues, membro da DORSA

### As mulheres comunistas

A organização das mulheres comunistas deve ter como objectivos a discussão aprofundada dos problemas específicos das mulheres, o despertar da consciência das outras mulheres para os seus problemas, a promoção da sua organização e esclarecimento, a luta contra a política levada a cabo pelos governos de direita.

Leonor Oliveira, membro da DORSA

## PORTO e ALGARVE

### • Assembleias de Organizações Regionais neste fim-de-semana

É já neste próximo fim-de-semana que se vão realizar as primeiras Assembleias das Organizações Regionais do Porto e do Algarve do PCP, iniciativas de grande destaque e significado na vida do Partido.

A Assembleia dos comunistas do distrito do Porto decorrerá no cinema Rivoli, no sábado e no domingo, com a participação do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. No Suplemento desta edição do «Avante!», publicamos algumas passagens do projecto de resolução política a apreciar pela Assembleia, que reunirá centenas de delegados e convidados, assim como o horário dos trabalhos. De referir que no domingo à tarde decorrerá uma sessão pública de encerramento com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal.

A semelhança da Assembleia dos comunistas algarvios, o balanço da activi-

dade realizada, a definição das principais linhas de acção e a eleição da Direcção Regional serão momentos particularmente destacados na Assembleia. Num e noutro caso, teremos também o exemplo da ligação efectiva às realidades, o conhecimento profundo dos problemas e situações e a apresentação de propostas objectivas e coerentes para a resolução dos problemas com que se defrontam as populações, no quadro de uma política alternativa para a defesa de Abril e a concretização das justas aspirações do povo e das comunidades locais.

Tanto a Assembleia do Porto como a do Algarve culminam uma intensa actividade preparatória, que mobilizou os militantes para o debate dos projectos de resolução/relatório, que sofreram numerosas alterações, e para a eleição das centenas de delegados que representarão as orga-

nizações do PCP dos dois distritos.

A 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, cujo documento-base foi tema em foco na anterior edição do «Avante!», decorrerá no cinema S. António, na cidade de Faro, durante o próximo domingo.

Estarão presentes cerca de 500 delegados eleitos directamente nas várias organizações de base do Partido na proporção de 1 para 15 militantes. Aguarda-se ainda a participação de cerca de 700 convidados. O Executivo da DORAL enviou também convites a mais de uma centena de democratas e estruturas unitárias de todo o distrito de Faro.

A Assembleia terminará ao fim da tarde, com uma intervenção a cargo do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Partido.

## O Vitória para o Partido

A oportunidade de iniciativas como as bancas de Natal, com destaque para a que funciona no Vitória, a preparação de diversas festas de passagem de ano, o entusiasmo das organizações na promoção de numerosas actividades — do almoço-convívio à jornada de rua, — e as atenções que se dirigem para o espectáculo com Maria Guinot e lo Apoloni, a realizar amanhã à noite no Teatro Maria Matos, em Lisboa, são alguns dos temas que esta semana podemos destacar no âmbito da intensa campanha que decorre em toda a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP com vista à aquisição do Centro Vitória. Uma campanha que no apuramento do passado dia 22 registava já mais de 27 mil contos!



### Banca de Natal

CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA  
este ano sob o lema

“O VITÓRIA PARA O PARTIDO”

Em funcionamento  
diariamente das 10 às 21,30h.  
domingos das 13 às 20,00h.

Camarada, Amigo!  
**VISITA-NOS!**

Encontrarás presentes  
para todos os gostos  
e para todas as bolsas

### Assim vai a campanha 27 093 395\$10

Alenquer	55 640\$00	Vila Franca Xira	1 432 698\$50
Arruda Vinhos	20 000\$00	CLL	9 083 735\$60
Azambuja	34 750\$00	Bancários	1 010 272\$50
Cadaval	16 710\$00	Seguros	190 118\$00
Matra	111 900\$00	Sector Público	555 157\$50
Lourinhã	13 550\$00	Transportes	1 504 140\$00
Sobral	55 700\$00	Função Pública	758 510\$00
Torres Vedras	149 634\$00	Saúde	1 276 416\$00
Amadora	763 583\$00	Informação	224 490\$00
Cascais	690 319\$50	Intelectual	1 197 867\$00
Carnaxide	903 431\$00	Sector Sindical	254 431\$00
Oeiras	169 562\$50	SIP-DORL	165 020\$00
Sintra	314 104\$50	CT Vitória	124 513\$00
Queluz	778 517\$00	Diversos	72 840\$00
Loares Ocid.	1 107 937\$00	DORL	2 744 775\$50
Loares Ori.	1 313 072\$00	<b>Totais</b>	<b>27 093 395\$10</b>

### Vitória! PARA O PARTIDO ESPECTÁCULO

COM: **MARIA GUINOT  
IO APOLLONI**

6.ª FEIRA, 30-11-84 - 21 HORAS  
NO  
**Teatro Maria Matos**

(INSERIR NA CAMPANHA DOS 60.000 CONTOS PARA A COMPRA DO C.T. VITÓRIA)

— adquira o seu convite no C. T. Vitória ou em qualquer Centro Trabalho do P. C. P.

Organização de A. Rosa do Comité Local de Lisboa do PCP

## Porto Organização dos bancários reunida em Assembleia

### • Sector do Comércio: número de empresas falidas nos primeiros 8 meses deste ano é superior ao dos últimos 7 anos

Realizou-se no passado sábado, na Cooperativa do Porto

Portuense, a Assembleia da Organização dos Bancários do Porto do PCP, subordinada aos temas «reforçar o Partido», «defender a banca nacionalizada» e «demitir o Governo».

Os bancários comunistas discutiram e aprovaram um documento que analisa o percurso do sector, desde a banca dos monopólios de antes do 25 de Abril até à crise dos dias de hoje, passando pelo significado da sua nacionalização.

A recuperação capitalista e os ataques à banca nacional-

izada, a acção dos conselhos de gestão, a reestruturação da banca, a política de gestão de pessoal, o exercício e controlo de gestão, as imposições do FMI e a evolução da situação da banca são temas que o documento aborda com profundidade.

Também a luta dos bancários, a actividade sindical e das CT's e, naturalmente, o Partido, foram questões discutidas e amplamente abordadas nesta Assembleia dos Bancários Comunistas do Porto. Na Assembleia foi eleito o organismo de direcção do sector.

A impossibilidade de implantar uma política ao serviço de um projecto de desenvolvimento, que tenha em vista a recuperação da actividade económica e a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, de acordo com a lei que nacionalizou a banca, sem se demitir o Governo e os actuais conselhos de gestão — foi uma das principais conclusões desta Assembleia.

A discussão do projecto de resolução política da 1.ª Assembleia da ORP e a eleição dos respectivos delegados, foi também ponto da ordem de trabalhos.

O camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, participou nos trabalhos da Assembleia.

### Organização do Comércio

Também, os trabalhadores comunistas do Comércio, do

sector de serviços da ORP, se reuniram recentemente em Assembleia.

Para além da discussão do projecto de resolução política da 1.ª Assembleia da ORP e da eleição dos respectivos delegados, os trabalhadores comunistas do Comércio aprovaram uma proclamação a propósito da situação no sector e das consequências da política do Governo para os trabalhadores do Comércio e para os pequenos e médios comerciantes: desemprego, salários em atraso, ruína e o desenvolvimento e implantação de grandes cadeias de supermercados nacionais e multinacionais, dos centros comerciais e dos grandes importadores e grossistas, garantindo-lhes o domínio do mercado e o total controlo dos preços.

«Só nos primeiros 8 meses do corrente ano o número de empresas falidas e inviabilizadas no sector do comércio é superior ao ocorrido nos últimos sete anos» — lê-se na proclamação.

A legislação que permite a chamada liberalização dos horários «não conseguiu no Porto os seus objectivos por força da luta convergente desenvolvida pelos trabalhadores do comércio e pelos pequenos e médios comerciantes» — salienta o documento.

A proclamação aprovada nesta Assembleia termina exortando os trabalhadores do comércio à unidade e mobilização em torno da defesa dos seus direitos e, em conjunto com todos os trabalhadores, participar nas grandes acções de massas que visem lutar contra o Governo PS/PSD.

## Camaradas falecidos

### Humberto Lopes

Com 66 anos, faleceu no passado dia 23, vítima de prolongada doença, o nosso camarada Humberto Pereira Dinis Lopes, natural de Santarém, advogado. Membro do Partido desde 1942, foi um destacado resistente antifascista e um combatente firme pela liberdade do povo português, tendo sido preso seis vezes pela polícia política do fascismo. Ao todo, passou oito anos e meio da sua vida nas masmorras salazaristas.

### Rosa Antónia

Militante da organização do PCP na freguesia do Barreiro (célula do Bairro 7), faleceu no passado dia 16 de Novembro a nossa camarada Rosa Antónia, que contava 73 anos.

### Joaquim Colaço

Membro do Partido desde 1974, trabalhador dos Serviços Marítimos da AGPL, faleceu no passado dia 11 o militante comunista Joaquim Sousa dos Santos Colaço. O seu falecimento foi causado por colapso cardíaco. Como refere o secretário da célula do PCP na AGPL, «foram numerosos os camaradas que participaram no funeral, confirmando assim o apreço pelo exemplar compa-

neiro de luta e o respeito pelo profissional competente».

### Alexandre «O Padeiro»

Com 78 anos, faleceu recentemente o camarada Alexandre, conhecido na sua zona, a freguesia de Azurara, em Vila do Conde, como Alexandre «O Padeiro». Pessoa respeitada entre a população, o camarada esteve ligado ao Partido durante a clandestinidade.

### Ana Margarida Caetano

Com apenas oito meses de idade, faleceu recentemente a Ana Margarida Terceiro Caetano, filha de Julio Terceiro Caetano de Jesus, trabalhador da CTM, e de Emilia de Jesus Terceiro, operária da Quimigel em Ansião. A Comissão Concelhia do PCP de Ansião manifesta o seu pesar aos pais e a toda a família por tão doloroso sofrimento.

Aos camaradas, familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo dos trabalhadores do «Avante!», em nome de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.



de encerramento

## Alpiarça: Quem é o responsável pela desestabilização?

... de que passamos a alguns extractos.

### A propósito das eleições presidenciais

A agitação em torno das eleições presidenciais é uma tentativa de provocar um ambiente de conformação com a perspectiva da permanência do Governo até fins de 1985 e de desviar os esforços e atenções da tarefa fundamental e central da hora presente: a luta pela urgente demissão do Governo — afirmou Álvaro Cunhal.

Referindo-se ainda a questões das eleições presidenciais, afirmou que «além do mais, a permanência do Governo, torna-se mais difícil a vitória decisiva nas eleições presidenciais. Admitindo que o Governo se demitirá antes das eleições presidenciais, estas não se realizam em condições completamente diferentes das actuais — o que torna prematura a escolha do candidato da democracia».

### Quem provoca a desestabilização?

O secretário-geral do PCP afirmou na ocasião que «com a sua política, o Governo é responsável pela desestabilização geral do País».

Depois de referir a desestabilização económica, social e política provocada pelo Governo, Álvaro Cunhal declarou que «o não se pode ainda falar de desestabilização militar porque as forças coligadas no Gover-

no apesar de sucessivas tentativas não conseguiram instrumentalizar as Forças Armadas e desviá-las da sua missão constitucional».

Álvaro Cunhal concluiu que «a demissão urgente do Governo impõe-se assim também como uma medida de estabilização do regime democrático e da vida nacional».

Referindo que «a política do Governo atinge gravemente todas as actividades económicas do País e é directamente responsável pela degradação e desastre da economia e do sistema financeiro».

O secretário-geral do PCP acrescentou que «o Governo há muito deixou de governar, se alguma vez começou a fazê-lo. É completamente incapaz de resolver seja o que for. Afunda-se num charco de ilegalidades, de abusos, de erros, de casos de corrupção e de escândalos. O Governo está a cair e não cairá de podre. Será a luta do povo e o funcionamento democrático das instituições que o atirarão abaixo» — concluiu.

Álvaro Cunhal declarou que «defendemos uma solução inteiramente no quadro da legalidade democrática. Quando falamos no funcionamento democrático das instituições como factor necessário para uma alternativa, isso significa que a nossa batalha se desenvolve para que o Governo seja demitido e a Assembleia da República dissolvida no momento próprio, segundo os princípios constitucionais».

## Caldas da Rainha Realizada a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia

A aprovação por unanimidade do relatório da Comissão Concelhia local, foi um dos momentos destacados da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Caldas da Rainha do PCP, que se realizou no passado sábado sob o lema «Reforçar o Partido, Continuar a Luta».

O relatório do organismo da organização local, depois de fazer uma caracterização do conceito, incidindo essencialmente sobre a luta de massas e as acções políticas, sobre o sector camponês, o movimento juvenil das mulheres, e sobre a organização do Partido. Neste último ponto, debruça-se especialmente sobre o trabalho de direcção, a organização, a sua política de quadros, o trabalho ideológico, a questão dos fun-

dos, sobre as células de empresa e as organizações de freguesia.

No decorrer dos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Caldas da Rainha do PCP, os mais de cem participantes aprovaram três moções, todas elas aprovadas por unanimidade.

A primeira tem a ver com a actual situação política, social e económica do País, o que leva a Assembleia a apelar para que toda a população use esforços no sentido de derrubar o Governo PS/PSD.

Na segunda moção os comunistas do concelho mostram-se solidários com os trabalhadores portugueses, nomeadamente com os que têm salários em atraso, e com a

sua luta pelo direito ao trabalho...

Finalmente, a terceira moção saúda a juventude portuguesa, através da JCP e do seu 2.º Congresso, que se realiza a 15 e 16 de Dezembro em Sacavém.

Finalmente, nesta segunda assembleia foi também eleito, com 3 votos contra e cinco abstenções, a nova Comissão Concelhia das Caldas da Rainha do PCP.

O novo organismo de direcção é composto por 20 membros, 5 dos quais são mulheres, sendo a sua média de idades de 41 anos. Sete dos seus membros são operários, 5 são empregados de serviços, 3 intelectuais, um é camponês e três são domésticas.

## Ponte de Lima Tem novo Centro do PCP

A organização de Ponte de Lima do PCP tem novo Centro de Trabalho. Este facto confirma — segundo declarações da Comissão Concelhia do PCP do «Avante!» — a força e a vitalidade desta organização local do Partido.

A Comissão Concelhia de Ponte de Lima conta-nos a história do Centro de Trabalho local, começando por relembrar que no Verão de 1975 os comunistas limianos ficaram sem o seu Centro de Trabalho. Frustrada a vaga terrorista e anti-comunista desse período, o CT de Ponte de Lima foi assaltado e incendiado. Apesar de o defenderem heroicamente e de não terem morrido um militante comunista, não foi possível evitar a sua destruição completa.

De imediato se colocou a tarefa de conseguir uma nova sede para o Partido, mas, desilusão logo, se defrontaram com inúmeras dificuldades — do anti-comunismo que levava muitos a dizer que não aluga-

vam ou vendiam, à falta de habitação e aos preços elevadíssimos.

Noves anos depois, foi possível tornar realidade o «sonho» por que todos ansiavam — uma nova sede do PCP se abriu e Ponte de Lima tem agora Centro de Trabalho, uma prova de confiança no futuro da democracia, no futuro de Portugal de Abril. Uma casa que será um factor de encontro e debate dos democratas, de convívio e de sã camaradagem.

No valor de milhares de contos, o CT de Ponte de Lima teve já uma ajuda central do Partido, sendo necessários ainda 1600 contos para que no prazo de um ano esteja totalmente pgo.

«Contudo nada se consegue sem sacrifícios. Daí que uma vitória como esta tenha um seu preço, que é o porte dos seus custos. Por isso apelamos para o fundamental apoio financeiro de todos os amigos, simpati-

zantes e militantes do PCP».

«Sabemos bem que os tempos que vivemos não são de afeição pois o espectro da fome e da miséria pairam nos nossos horizontes. Mesmo assim, renovamos o apelo para que através de generosos doativos, consigamos satisfazer as responsabilidades assumidas».

A campanha de fundos em curso, sob o lema «Reforçar o PCP — continuar Abril», conta já com inúmeras iniciativas programadas, tais como: contribuições mensais, sorteio de Natal, festas e convívios. Pretende ser também um factor de mobilização e unidade dos democratas.

Encontra-se aberta uma conta bancária com o N.º 1213172/01, na delegação do Banco Borges & Irmão de Ponte de Lima, para a qual os amigos do Partido, onde quer que se encontrem, poderão enviar a sua contribuição voluntária.

## 2.º Congresso 15-16 DEZEMBRO SCAVÉM Juventude Comunista Portuguesa

estão programadas para o próximo fim-de-semana.

Assembleias em Gaia, Canelas, Arcozelo, V. Andorinhas e Vilar Paraiso completam o conjunto de iniciativas programadas pela JCP para o próximo sábado.

**Meia-maratona no domingo: da Póvoa de S. Iria aos Restauradores**

Ainda no âmbito da preparação do seu 2.º Congresso, a JCP promove uma meia-maratona entre a

Póvoa de Santa Iria (Estrada Nacional n.º 10 junto às bombas de gasolina de Manuel Gil) e Lisboa (Restauradores), já no próximo domingo.

Esta prova desportiva, in-

tegrada num conjunto de outras iniciativas promovidas pelas organizações do distrito de Lisboa da JCP, está aberta a todos que nela queiram participar (todos os escalões etários, federados ou não federados, etc.).

As inscrições estão abertas na sede central da JCP, Rua Sousa Martins, 8, Lisboa, ou no Centro Vitória, Av. da Liberdade, 170, também em Lisboa, podem fazer-se pessoalmente ou pelo correio. Nestes locais também poderão ser obtidos o regulamento e o percurso da prova.

Terra

# Jornada Nacional de Protesto revela Disposição de luta e combatividade em defesa dos interesses da lavoura

Um vigoroso movimento de protesto contra a situação a todos os títulos asfixiante em que se encontra a lavoura portuguesa mobilizou nos últimos dias muitos milhares de agricultores por todo o País, numa jornada promovida pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura) no decorrer da qual a combatividade e a determinação evidenciadas pelos participantes em verem resolvidos os problemas do sector e a exigência de que a agricultura seja apoiada, constituíram a tônica dominante.

Em mais de trinta localidades, neste início de mais um ano agrícola, num claro ascenso da luta do campesinato, homens e mulheres do campo saíram às ruas para afirmar bem alto não serem eles os responsáveis pelo panorama actual, mas sim o Governo PS/PSD que, a exemplo dos seus antecessores, continua a tomar medidas que agravam extraordinariamente as dificuldades, aumentam os prejuízos, geram a ruína e a miséria, aproximam muitos produtores e suas famílias para níveis perigosamente situados abaixo de um mínimo de subsistência.

Face à incapacidade das entidades oficiais na resolução dos problemas, quando não ao seu deliberado e completo desprezo pelas questões que hoje afligem a lavoura, o que os produtores trataram de reafirmar nestes últimos dias, de norte a sul, foi o seu profundo descontentamento por esta

política agrícola que, a troco de uma mais que imprevisível entrada no Mercado Comum, está a sacrificar os interesses da agricultura e da economia nacional. Assumindo as formas mais diversas (concentrações, plenários, desfiles, corte de estradas, abaixo-assinados, entrevistas, etc) as acções levadas a cabo de Ponte de Lima a Vila Real de Santo António — nalguns locais as primeiras de sempre — puseram em relevo que os agricultores se levantam não apenas para resolver os problemas concretos mais sentidos na sua região (caso das feiras de gado no Norte, por exemplo) ou dos problemas comuns de âmbito nacional (caso dos preços dos factores de produção) mas que erguem também claramente a voz do seu protesto contra esta política e seus mentores, justamente os causadores da insustentável situação presente.

Outra nota a merecer realce, do que a nossa reportagem se pôde aperceber no decorrer de uma deslocação a Coimbra e ao distrito do Porto, constitui a crescente consciencia nos camponeses — em muitos casos será mesmo o despertar — para a importância quer da **unidade** quer da **luta** enquanto instrumentos decisivos e indispensáveis para alterar a situação presente, para obter a satisfação das suas legítimas aspirações e reivindicações.



Representação das organizações da lavoura do distrito de Coimbra que se avistou naquela cidade com a Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral

## 5 mil agricultores, em Paredes exigem abertura da feira de gado

### • Cortado trânsito rodoviário e ferroviário

Estamos em Paredes, concelho do distrito do Porto, distanciado daquela cidade por escassas dezenas de quilómetros. Com as suas terras distribuídas por 24 freguesias, Paredes tem o privilégio de por elas ver passar um rio, o Sousa, cujas águas banham um extenso vale conhecido pela sua extraordinária riqueza e fertilidade. Vinho verde, milho e feijão, a par da produção de gado e leite, constituem as culturas dominantes que ocupam os braços de uma elevada percentagem de população activa entregue à vida do campo.

É dia de feira. Com uma periodicidade mensal, perdendo-se as suas origens na memória dos tempos, mudando tantas vezes de figurino quantas o progresso introduziu novas ferramentas e quinquilharias na vida dos homens, adaptando-se sempre às condições e exigências de cada época, numa coisa ela não se alterou: no ponto de encontro e convívio certo e regular, no local de trabalho onde tudo se troca e comercializa. Até o gado. Gado e feira que estiveram, aliás, na origem da nossa deslocação a Paredes, razão idêntica à de alguns milhares de agricultores, em número calculado em cerca de cinco mil, que ali se concentraram no passado sábado, para exigir justamente a abertura da sua feira de gado.

Respondendo ao apelo da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, desde muito cedo, apesar da chuva que intensa e teimosamente não deixava de cair, um número crescente de homens ia ocupando o recinto onde desde há cerca de dois anos têm sido impedidos de comercializar o seu gado.

Em cima de um reboque atrelado a um tractor transformado em improvisada tribuna, vários oradores sucedem-se no uso da palavra. Intervenções empolgantes, num discurso próprio e entendível, vão-nos dando a conhecer, um a um, os grandes problemas. Questões como a reabertura das feiras, a necessidade de um plano de emergência para a defesa dos gados, o descarado e inadmissível roubo da língua, lombel, apalpes e cauda nos matadouros, estão no centro das atenções.

Antes, a iniciar o período de intervenções, já António Casimiro, dirigente da CNA, abordara alguns aspectos gerais da lavoura como sejam a negociação de preços justos ao produ-

tor, a garantia de escoamento dos produtos, créditos fáceis, rápidos e de juros acessíveis, e manifestara ainda o apoio da sua organização às reivindicações dos agricultores da região.

#### Negociantes sem escrúpulos

Acompanhando atentamente os discursos, entre os presentes saltam-se comentários de apoio às afirmações produzidas. Ninguém entende, nem está de acordo, com o encerramento da feira. Como nos dizia Benjamin Coelho, de Paços de Ferreira, agricultor de 57 anos, tantos como os que se lembra de andar a «enterrar os pés na terra», esta situação «só tem servido para encher os grandes negociantes que ganham o que querem».

Com efeito, com o encerramento das feiras sem que qualquer solução alternativa tivesse sido criada para a comercialização do gado, os agricultores (para muitos dos quais o gado constitui a principal riqueza e uma fonte regular de rendimento) ficaram completamente à mercê dos grandes intermediários que impõem os preços que muito bem entendem.

O contrabando ilegal de gado e a corrupção têm entretanto aumentado, falando-se à boca cheia dos casos de veterinários que passam guias, «dispensam» inclusive livros das mesmas ou brinços, por largas somas de escudos.

«É incompreensível, por exemplo — como nos afirmava ainda aquele agricultor — que o veterinário mande juntar o gado para efectuar as análises, quando sempre se falou que a propagação da doença se faz por contágio». E interrogou-se: «então o gado não

se pode juntar para a feira e já se pode juntar para fazer a análise?» «Pela minha parte — rematou — não tiro o gado de casa; se quiserem vão lá eles recolher o sangue».

O grupo em que nos encontramos vai crescendo. O contacto é fácil, todos têm coisas para dizer e em breves minutos ficamos ao corrente das preocupações comuns mais sentidas. Das tramóias e «bleufs» dos negociantes («estão feitos entre si» — dizia-nos António Teixeira, de Santa Marinha de Ladaires, concelho de Lousada, possuidor de cinco cabeças de gado) até aos atrasos no pagamento do leite ou do gado abatido por doença, não há agricultor que não conheça por experiência própria tais casos ou não tenha passado por eles.

#### Vida dura e incerta

Impressões amargas, saídas de rostos gritados, marcados

por um «trabalho de sol a sol», falam-nos ainda da «vida dura e incerta da terra», tão pouco compensadora que aumenta os mais novos (alguém fala dos seus oito filhos, «todos em idade de trabalhar», mas «nenhum quis a terra»), deixando as terras a monte, não havendo «quem as amanha».

Terminada a concentração os agricultores dirigem-se à Câmara Municipal em desfile pelas ruas de Paredes, local onde pretendem ser recebidos pelo presidente, para o eleito anteriormente avisado. Num gesto de desrespeito para com os agricultores o presidente não está presente nem se faz representar. Uma onda de indignação percorre os manifestantes que decidem, em face disso, fazer ouvir publicamente as suas reclamações, desfilando de novo com tractores e camiónes. Junto à estação dos caminhos-de-ferro de Paredes, mesmo sobre a passagem de nível, na estrada que liga Porto a Vila Real, interrompem com

os seus veículos todo o trânsito rodoviário e ferroviário, durante cerca de uma hora.

Demonstrando grande firmeza os agricultores não cedem às tentativas, designadamente da GNR, que procuram demovê-los da sua acção. Exigindo a presença no local de um responsável da Câmara, só decidem suspender o seu protesto, depois de um vereador se ter apresentado em lugar do presidente da edilidade e de se haver comprometido a promover uma reunião para debater o problema com a Comissão de Luta dos agricultores, tendo ainda na ocasião manifestado a sua compreensão e solidariedade para com as justas pretensões dos agricultores.

Como ali mesmo ficara demonstrado em unidade e com a luta é possível defender os interesses dos agricultores e obter a satisfação das suas reivindicações. A secular exploração e a dominação ideológica de caciques e quejados não dura sempre. Os camponeses sabem-no.

## Muitos milhares em todo o país

No âmbito da Jornada Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura realizaram-se acções dos agricultores em muitos distritos do País, no decorrer das quais foi visível uma elevada disposição de luta e uma combatividade que acabaram por impor uma política que defenda os interesses da lavoura.

Impossibilitados de desenvolver ou fazer referências a todas elas, aqui deixamos algumas. Em Vila Verde, Braga, uma concentração na feira juntou 1100 agricultores que debateram as doenças do gado e o encerramento dos matadouros. Na Guarda, 120 agricultores realizaram o 1.º Encontro das organizações da lavoura do distrito tendo estado em foco, entre outros problemas, o aumento dos preços ao produtor e o arrendamento rural. Em Torres Vedras, 200 pessoas entre dirigentes, técnicos e agricultores participaram num seminário sobre o vinho. Nas Caldas da Rainha, uma concentração na feira da fruta junta mais de 300 homens do campo, deslocando-se depois uma delegação à Câmara. Em Setúbal, 200 produtores concentram-se em frente da Direcção Regional do MAFA. Em Braga, mais de 1500 agricultores concentram-se também em frente da Direcção Regional do Ministério e debatem o encerramento das feiras e as doenças do gado. No Porto, mais de 300 reprodutores participam num Encontro onde são debatidas particularmente as Leis do Arrendamento Rural. Em Viseu

uma concentração mobiliza em frente à Câmara mais de 500 agricultores. Em Barroelas, 1000 agricultores efectuam uma concen-

ros estiveram no centro do debate. Em Coimbra, uma representação das organizações da lavoura constituída por cerca de 100 agri-



tração seguida de corte de linha férrea. Em Olivairinha, Aveiro, distribuição de documentos e concentração em que participam 200 agricultores. Em Arouca, Aveiro, uma delegação composta por 70 agricultores avista-se com o presidente do município.

Em Barcelos, mais de 500 agricultores concentram-se na feira, desfilando de seguida até à Câmara. Em Viana do Castelo uma concentração mobiliza 800 agricultores; a abolição da classe C para o leite e o encerramento dos matadou-

cultores avista-se com a Direcção Regional da Beira Litoral. Em Vila Real 70 agricultores reúnem-se para debater os prejuízos causados pelos temporais de Outubro, o combate às doenças de gado e aos contrabandistas. Em Amareleja, Beja, concentração com mais de 200 agricultores. Em S. Luís, também em Beja, 80 agricultores encontram-se para debater os seus problemas. Em Salvada e Alpalhão encontros de agricultores reúnem respectivamente 290 e 28 presen-



Desde manhã cedo os agricultores concentraram-se no recinto da feira de gado, onde de há cerca de dois anos a esta parte têm sido impedidos de comercializar o gado



Percorrendo as ruas de Paredes, tractores, camiões e agricultores dirigem-se em desfile em direcção à Câmara Municipal



Numa inqualificável atitude de desrespeito pelos agricultores, apesar de antecipadamente avisado, o presidente da Câmara não está presente, nem se faz representar; indignados, como resposta, os agricultores desfilam de novo pelas ruas de Paredes, dispendo-se a cortar a estrada



Corte de todo o trânsito rodoviário e ferroviário durante cerca de uma hora na estrada que liga a cidade do Porto a Vila Real, sobre a passagem de nível, junto à estação de caminhos de ferro de Paredes

PCP

## Encontro de Quadros do PCP

# Poder Local e cultura desporto e juventude

No passado sábado, realizou-se na Faculdade de Letras, em Lisboa, um encontro de quadros do PCP sobre o Poder Local e a cultura, desporto e juventude em que participaram cerca de 600 pessoas vindas de todo o País, entre eleitos pela APU nos órgãos autárquicos, técnicos desportivos, de animação cultural e de preservação do património, incluindo uma larga participação da juventude.

Falando aos jornalistas num intervalo dos trabalhos, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido, salientou que «ninguém que seja minimamente informado terá deixado de ficar grandemente surpreendido com o que ouviu neste encontro, que foi a expressão de uma actividade colossal dos eleitos e das autarquias APU».

Efectivamente, o seminário ultrapassou largamente as expectativas, nomeadamente no que concerne ao valor das intervenções, ao seu número e à sua riqueza, que permitem aprofundar o trabalho do Partido nestes sectores de actividade. Ficou demonstrado que é possível e necessário dar um novo e grande impulso ao trabalho do PCP e da APU nas autarquias.

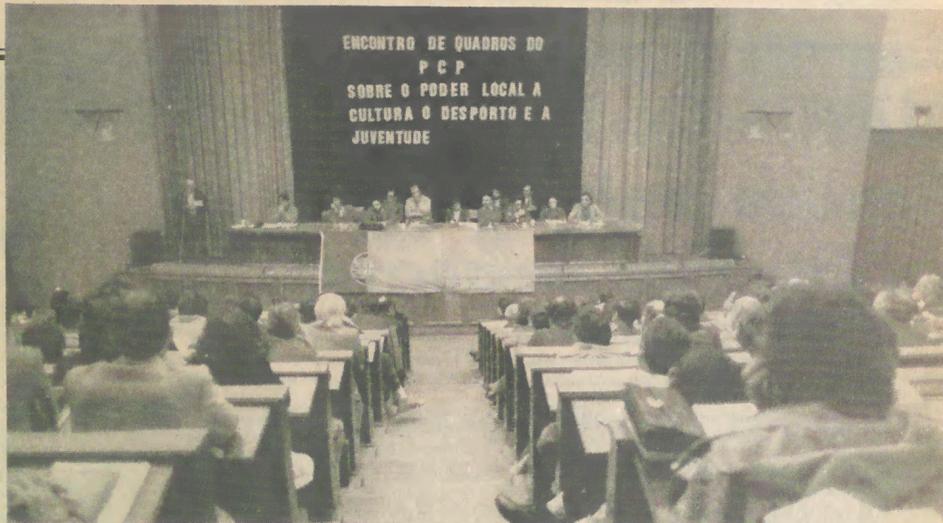
No encontro, que de há meses se está a preparar, participaram, não só militantes do Partido, como também muitos eleitos da APU e técnicos de reconhecida competência, pelo que as suas conclusões constituem um

grande contributo para a actividade do PCP neste domínio. Constatou-se que os eleitos do PCP e da APU nos órgãos autárquicos «realizaram em geral uma obra notável que contribuiu para a democratização do desporto e da cultura, para a defesa do património, para uma formação mais harmoniosa e para a conquista de uma vida melhor para os jovens portugueses».

Em contraste com a actividade dos activistas do Poder Local está a política anticultural, antijuvenil e antiatárquica perpetrada pelo executivo PS/PSD.

Dada a necessidade de se dar um novo impulso na actividade sociocultural das autarquias, o encontro de quadros constatou ser «essencial uma intensa participação dos jovens, duramente castigados pela política de direita de sucessivos governos, das colectividades, comissões de moradores e outras estruturas populares, das associações de defesa do património, de grupos ecologistas e de outros agentes culturais e desportivos».

Conforme o encontro mostrou, apesar do grande esforço por parte das autarquias em democratizar o desporto e a cultura, a resolução destes e dos graves problemas da juventude passa pela constituição de um governo democrático com uma política democrática e, conseqüentemente, pela demissão do Governo PS/PSD de Soares e Pinto.



Carlos Costa intervindo na sessão de encerramento

## Trabalho colectivo

O documento-síntese do Encontro, que aqui parcialmente se transcreve — esta é a sua segunda parte, referida ao que de mais exemplar tem sido feito no âmbito do Poder Local —, é a estímulo não só das intervenções ali feitas, mas ainda de um trabalho de meses, com comissões específicas formadas e ideias por vezes tão francamente diferentes que só pelo debate e ainda pelo debate foi possível encontrar o fio condutor essencial. Bastará dizer que o projecto de síntese resultante do trabalho preparatório foi elaborado três vezes — discutido, melhorado, corrigido — e que o último projecto, submetido ao Encontro, foi debatido (e conseqüentemente alterado) durante mais de um mês, em reuniões de camaradas de todo o país.

Esta é pois uma notável experiência de trabalho colectivo, em domínio para que, é certo, o PCP não «despertou» agora — e ali foi lembrada pelo camarada Carlos Costa a nossa 1.ª Conferência sobre Poder Local e a distinção de autonomia em secção que já então foi dada a estes lemas: o nosso conhecimento deles e a necessidade de os aprofundar crescia à evidência.

Três anos passados, a melhor prova da atenção e dos resultados está porém no próprio Encontro, no somatório de experiências trazidas, a partir do trabalho realizado em cada autarquia por organismos e por camaradas, eleitos ou não, organizados e ligados às massas populares.

Perante o muito que tem sido feito e veio parcialmente ao Encontro, e o que este será de novo impulso, será bom, como também foi dito por Carlos Costa, que «não se criem ilusões»: «o papel do Poder Local não pode substituir o do Poder Central» — e este, o seu Governo, asfixiam financeiramente as autarquias, transferem só encargos (e querem transferir ainda mais), alijam responsabilidades.

A síntese aqui transmitida é, no entanto, mesmo na actual situação de um governo e de uma política de direita visando retaliar, para a subverter, a Revolução de Abril, uma base de trabalho imprescindível para quantos — de todas as idades e em primeiro lugar se jovens —, eleitos ou não, empenhados eventualmente também noutras tarefas, queiram contribuir já hoje para a valorização, o bem-estar e a alegria dos nossos jovens e das populações em geral, para a democratização da vida do povo português através da cultura e do desporto: o Poder Local Democrático, as autarquias e pelouros APU, têm as portas abertas e muitas e muitas saídas para o obscurantismo pregado e moldado em S. Bento.

Essencial para que possamos bem trabalhar como muitos outros materiais que semanalmente divulgamos, não é algo por que se possa passar simplesmente os olhos...

Entretanto, a promessa aqui fica: outros aspectos focados no documento-síntese (nomeadamente: como melhorar o trabalho?) serão em breve abordados nas nossas páginas.

## Uma obra notável

### • Extracto do documento-síntese

A acção das autarquias democráticas não substitui nem compensa totalmente a inexistência de uma política de democratização da cultura e da cultura física e desporto, de defesa e valorização do património e da resolução progressiva dos problemas da juventude por parte do Governo e da Administração Central.

Na verdade, muitas e decisivas responsabilidades cabem exclusivamente à Administração Central. Mas é sabido que a APU administra 55 municípios e 335 freguesias e detém o pelouro da cultura e desporto em situação de minoria em algumas Câmaras e Juntas de freguesia, realizando em muitos casos uma obra notável.

Apesar de muito estar por fazer e ser necessária realizar muito mais e melhor, reforçando a atenção às áreas da cultura e desporto por parte das autarquias de maioria APU, a sua acção tem que se considerar importante e globalmente muito positiva: contribuiu para libertar e formar mentalidades, para o desenvolvimento local e regional, para a conquista de uma vida melhor para os jovens e as populações em geral.

As principais direcções da actividade das autarquias de maioria APU foram:

#### No domínio da Cultura

- Apoios a colectividades e associações, grupos de teatro, escolas, bandas, ranchos, corais, comissões de moradores e reformados, sindicatos e comissões de trabalhadores, co-

- missões de festas populares e lançamento de iniciativas em conjunto com essas e outras organizações populares;
- Criação de pelouros da cultura, de serviços de apoio técnico e financeiro, de conselhos e comissões municipais de cultura e outras estruturas de coordenação e apoio;
- Lançamento de iniciativas próprias como escolas de música e bailado, ciclos de cinema, concertos musicais, exposições de pintura e fotografia, encontros de escritores com a população, espectáculos teatrais, cursos, etc.;
- Criação de bibliotecas municipais e das freguesias e sua animação: nos 30 municípios de maioria APU do Alentejo, por exemplo, as bibliotecas passaram de 21 para 91 entre 1974 e 1983; na Amadora foi criada a biblioteca municipal e 5 nas freguesias; no distrito de Setúbal as bibliotecas municipais passaram de 3 para 5, prevendo-se a abertura de mais 3 até meados do próximo ano;
- Criação de centros de convívio e de cultura abertos à população e aos criadores locais; nos mesmos 30 municípios de maioria APU estes centros passaram entre as mesmas datas de 7 para 84;
- Promoção de jogos florais e edição de obras premiadas (Amadora, Elvas, Loures, Montijo, Vila Franca de Xira, Vila Viçosa...);
- Criação de centros de aproveitamento de tempos livres de crianças com valorização das actividades culturais e artísticas (Amadora, Loures, Montemor, Sines, Vila Franca de Xira...);

- Apoio à formação de animadores culturais e outros quadros do movimento associativo popular;
- Divulgação e promoção das obras de escritores e artistas locais ou das figuras e acontecimentos históricos com incidência local mais importantes e edição de manuais de qualidade (Almada, Amadora, Aljustrel, Arraiolos, Loures, Serpa, Seixal, Montijo, Vila Franca de Xira...);
- Criação de oficinas de pintura (Vidigueira...) e salas de exposições de artes plásticas (Setúbal);
- Realização de cortejos histórico-etnográficos (Serpa, Sobral de Monte Agraço...);
- Contratação de animadores culturais e criação de serviços e departamentos municipais para a cultura, os idosos e a juventude;
- Combate ao analfabetismo e notável esforço de reparação e construção de salas de aula e de escolas;
- Promoção e dignificação social do trabalho, da mulher, e da terceira idade, através da comemoração de datas próprias ou criadas para o efeito e da realização de iniciativas específicas;
- Comemoração de datas históricas, com destaque para a Revolução de 1383/85, promovendo os valores da democracia e valorizando as lutas populares e nacionais.

- Criação de centros de apoio à formação de animadores culturais e outros quadros do movimento associativo popular;
- Divulgação e promoção das obras de escritores e artistas locais ou das figuras e acontecimentos históricos com incidência local mais importantes e edição de manuais de qualidade (Almada, Amadora, Aljustrel, Arraiolos, Loures, Serpa, Seixal, Montijo, Vila Franca de Xira...);
- Criação de oficinas de pintura (Vidigueira...) e salas de exposições de artes plásticas (Setúbal);
- Realização de cortejos histórico-etnográficos (Serpa, Sobral de Monte Agraço...);
- Contratação de animadores culturais e criação de serviços e departamentos municipais para a cultura, os idosos e a juventude;
- Combate ao analfabetismo e notável esforço de reparação e construção de salas de aula e de escolas;
- Promoção e dignificação social do trabalho, da mulher, e da terceira idade, através da comemoração de datas próprias ou criadas para o efeito e da realização de iniciativas específicas;
- Comemoração de datas históricas, com destaque para a Revolução de 1383/85, promovendo os valores da democracia e valorizando as lutas populares e nacionais.

#### No domínio do património cultural e natural

- Realização de pré-inventários do património, com vista a uma melhor actuação futura e exigir das entidades responsáveis as medidas necessárias à sua defesa e valorização (Avis, Portel, Évora, Amadora...);
- Recuperação, dentro das possibilidades das autarquias, de centros históricos, embarcações tradicionais, máquinas de trabalho agrícola, etc. (recuperação do Centro Histórico de Évora... recuperação das igrejas... moinhos de maré no Seixal...);
- Defesa e valorização das artes e tradições populares, da literatura oral, da música popular, do artesanato e dos instrumentos de trabalho (Grândola, Montijo, Seixal...);
- Criação e animação de museus municipais (Amadora, Benavente, Loures, Santiago do Cacém, Seixal...);
- Recuperação e organização dos arquivos municipais (Amadora, Avis, Loures, Montemor-o-Novo, Serpa...);
- Apoio a escavações arqueológicas (Azambuja, Barreiro, Coruche, Mértola, Montemor-o-Novo, Sobral de Monte Agraço...) e criação de museus de arqueologia (Serpa...);
- Combate à poluição (Ribeira de Odivelas) e à degradação de matas, praias, parques e jardins;
- Criação de parques municipais (Amadora), apoio e incentivo à arborização, criação de viveiros, de zonas ajardinadas (Azambuja, Barreiro, Damaia-/Brandão, Loures, Sobral de

Monte Agraço, Vila Franca de Xira);

- Recolha de literatura oral, músicas, lendas, peças etnográficas, etc.;
- Registo fotográfico e divulgação da vida e tradições das populações;
- Registo (fotográfico, gravado, filmes) da produção artesanal;
- Colocação de monumentos dedicados ao 25 de Abril, à resistência antifascista, aos trabalhadores e ao valor social do trabalho (Almada, Sesimbra...);
- Apoio e colaboração com as Associações de Defesa do Património.

equipamentos desportivos passaram de 20 para 46);

- Introdução de modalidades desportivas variadas permitindo o acesso a elas das massas populares (atletismo, ginástica, voleibol, natação, basquetebol, ciclismo, xadrez, ténis, patinagem, esgrima, etc...);
- Formação dos Conselhos Desportivos Municipais e de Freguesia para coordenar e garantir a participação das colectividades e outras estruturas populares na definição da política desportiva da autarquia;
- Inventário e valorização dos jogos populares tradicionais;
- Organização ou apoio a torneios interempresas e sindicais;
- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Comemoração do Dia Nacional da Juventude, organização de semanas da Juventude e de semanas do estudante em estreita articulação com organizações populares e juvenis e estabelecimentos de ensino;

- Defesa dos interesses e reivindicações juvenis junto do Governo e de outros organismos da Administração Central, designadamente nos domínios do emprego, habitação e ensino e contribuição para resolver esses problemas na parte em que o Poder Local está em condições de o fazer;
- Criação de pelouros da juventude e de algumas Comissões Municipais de Juventude, onde tal for possível, com vista a assegurar uma maior atenção aos problemas juvenis e a participação dos jovens na política da autarquia;
- Promoção da ocupação de tempos livres dos jovens, designadamente através da sua colaboração em actividades das autarquias ou em tarefas de apoio às populações;
- Criação de espaços próprios para os jovens, geridos com participação dos interessados;

Organização e apoio a torneios escolares e populares, a torneios juvenis internacionais, maculinos e femininos;

- Criação de bibliotecas para jovens e crianças, de edições próprias para as escolas e a juventude;
- Construção de centros de juventude e de oficinas, criação de escolas de música e de dança;
- Apoio e incentivo a actividades tais como o jornalismo, rádio, cinema, folclore, teatro infantil, banda desenhada, teatro didáctico sobre acontecimentos históricos, etc.;
- Comemoração do Dia da Árvore e outras iniciativas específicas para jovens;
- Promoção do intercâmbio com outros meios socioculturais.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Promoção da ocupação de tempos livres dos jovens, designadamente através da sua colaboração em actividades das autarquias ou em tarefas de apoio às populações;

- Criação de espaços próprios para os jovens, geridos com participação dos interessados;

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

Organização e apoio a torneios internacionais;

- Organização ou apoio a cursos de formação desportiva e de cultura física, palestras, debates, filmes e outras acções formativas;
- Organização de várias provas desportivas interconcelhos ou apoiadas por várias autarquias.

## Três questões a sublinhar

1. A acção do Poder Local, e em especial a das autarquias APU, não deverá ser a de substituir-se ou impor orientações dirigidas aos criadores e agentes culturais da sua área. A acção das autarquias, sobretudo onde está enraizada um forte número de colectividades, grupos de teatro e outras estruturas, será muito mais a de apoiar, estimular, promover iniciativas comuns devidamente articuladas com os restantes criadores e agentes da cultura. Caber-lhes-á também o apoio às escolas em ligação com os professores, contribuindo para o enraizamento no ensino da cultura e tradições populares progressistas. Sempre que possível, será útil contribuir para a fruição pelas populações de obras de arte e de realizações culturais a que de outra forma a população teria difícil acesso. Será sempre de evitar, em todo o caso, a duplicação de esforços, a concorrência entre entidades que devem colaborar e apoiar-se mutuamente ou qualquer tipo de conflitos e divisões desgastantes.

Estas ideias são válidas igualmente para o campo do desporto. Também aí cabe ao Poder Local sensibilizar, apoiar, dinamizar a prática da cultura física e desporto. O seu papel não consiste, em princípio, em criar os seus próprios grupos para disputar com os restantes clubes ou colectividades locais a vitória em iniciativas desportivas.

Mas, há naturalmente muitas situações em que a própria autarquia tem que ser o grande agente cultural e desportivo promotor, ou eriar os próprios agentes culturais e desportivos sob pena de muitas actividades se não realizarem por não haver no concelho estruturas para as implementarem ou que as compelem.

O problema fundamental é sempre o de o povo e em especial a juventude ter o mais fácil acesso participativo à cultura e ao desporto e não tanto o do agente que no momento promove tal acesso, desde que o problema do agente seja resolvido dentro dos princípios políticos da maior participação popular. Preconizar uma só fórmula de solução de problemas em situações que podem ser tão diferentes como as de Loures e Barrancos, seria cometer o erro típico de quem não conhece as realidades locais e a sua variedade.

As Associações de defesa do património criadas depois do 25 de Abril representam em geral uma forma importante de mobilizar a opinião pública para a preservação da nossa memória colectiva, e reflectem preocupações que coincidem com as do Poder Local democrático. É necessário, por isso, sempre que possível, manter uma colaboração e diálogo assíduo entre as autarquias e as Associações de Defesa do Património.

2. O problema dos quadros que temos na actividade cultural, desportiva e da juventude é um dos mais importantes problemas para melhorar a nossa acção nestes domínios. Em relação aos vereadores e membros das Juntas que são titulares destes pelouros, muitos deles já deram importantes provas de dedicação, criatividade e aptidão para esta tarefa. Haverá outros casos a examinar, designadamente na perspectiva da formação das futuras listas que vamos apresentar às eleições autárquicas. Mas o problema que nós temos pela frente é mais o de melhorar o nível dos quadros que temos do que proceder a substituições. Esse objectivo consegue-se através da integração dos quadros no trabalho do Partido, da maior atenção a esta área de actividade das autarquias, da ligação às massas, do trabalho colectivo e do estudo individual. Seria errada a ideia de atribuir no futuro os pelouros da cultura, desporto e juventude apenas a destacados especialistas. Nem em muitos casos os teríamos, nem isso seria sempre justo. O que acima de tudo precisamos é de quadros dinâmicos, com espírito de sacrifício e dedicados ao povo, inteligentes, criativos, desejosos de aprender e fazer bem, isto é, de bons e cada vez melhores quadros, apesar de já termos muitos e bons.

Sem prejuízo da acção que caberia a uma Administração Central democrática na formação de quadros nas actuais condições, a inserção na actividade do Partido, a participação em iniciativas como esta que estamos a realizar, a participação em seminários, cursos, etc., promovidos por autarquias democráticas ou por entidades que mereçam a sua confiança, serão a melhor garantia de que a sua formação é eficaz, adequada às necessidades e aos interesses do povo. Naturalmente que é um objectivo a prosseguir, a melhoria da estruturação do apoio do Partido aos eleitos, sem criação de estruturas pesadas, mas garantindo um melhor aproveitamento de especialistas, quer a nível central, quer regional e concelhio.

Um outro importante problema específico de quadros é o dos animadores culturais e desportivos. Existem muitos casos em que foram contratados animadores para funcionários das Câmaras ou em regime experimental, que têm desempenhado muito bem as suas funções. A experiência existente aconselha, porém, duas prevenções. A primeira, para a necessidade de assegurar que o papel de direcção nestes sectores não deixe de caber aos eleitos. A segunda prevenção diz respeito à própria contratação de animadores culturais. Como se sabe, no nosso País, não existe no sistema de ensino formal qualquer curso de formação de animadores

culturais, ao contrário do que se passa com animadores desportivos. Nesta condições, e não havendo também qualquer carreira ou definição precisa do perfil funcional do animador, é necessário ter especiais cuidados na verificação dos conhecimentos, capacidade profissional, disponibilidade para a integração no conjunto do trabalho autárquico, espírito de iniciativa conjugado com a aceitação da direcção dos eleitos, aptidão para o relacionamento com as populações, as organizações culturais e os diferentes agentes culturais.

3. A acção cultural e desportiva e em defesa do património cultural e natural e o trabalho com e para a juventude mais útil, mais duradouro e de resultados mais profundos é, em geral, o que conduz ao reforço e ao desenvolvimento das organizações juvenis. Ao Poder Local não cabe interferir no funcionamento de tais organizações. Mas pode apoiar e estimular a criação destas organizações, de estruturas de coordenação das já existentes, o desenvolvimento de um maior espírito de iniciativa e por vezes a reformulação do tipo de actividades que desenvolvem alguns dos actuais clubes, colectividades e outras associações populares e recreativas. A ideia de, para além do eventual prosseguimento da concessão de subsídios, passar a conceder outro tipo de apoios materiais que conduzam à introdução de novos hábitos culturais e de novas modalidades desportivas é especialmente importante. Igualmente de ponderar é a ideia de subsidiar iniciativas e planos de actividade em vez de um tipo de subsídio em que as verbas acabam por ser destinadas exclusivamente a actividades como o baile, o bar, o jogo ou a prática de modalidades desportivas por um número reduzido de pessoas num sistema quase profissional, que terão o seu papel, mas que não substituem uma actividade cultural, desportiva e recreativa orientada para as massas e, em especial, para as massas juvenis.

A formação harmoniosa da juventude e a ocupação sadia dos seus tempos livres tem que ser uma preocupação fundamental da actividade das autarquias no sector da cultura e do desporto.

Os jovens são hoje alvo de uma intensa campanha por parte da reacção e do imperialismo. São investidas larguíssimas somas para afastar a juventude de uma vida sadia e dos ideais da democracia e de progresso social, para os separar das massas populares e das suas lutas. Os jovens enfrentam ao mesmo tempo problemas gravíssimos e que o actual Governo levou a extremos dramáticos, em especial o primeiro emprego, os contratos a prazo, os salários em atra-

so, a falta de habitação, a degradação do ensino e do sistema escolar, a acentuação extrema dos critérios classistas no acesso ao ensino superior, etc.

Não são as autarquias, por maior que seja o seu empenhamento, que poderão resolver, ou mesmo atenuar significativamente, estes problemas. Apesar de tudo, já resolveram o problema da habitação e emprego de alguns jovens, que encontraram nas autarquias um trabalho útil e ao serviço da comunidade. Cabe-lhes apoiar decididamente as lutas reivindicativas das massas juvenis pela solução dos seus graves problemas. É porém, no domínio da cultura, do desporto e da ocupação dos tempos livres, que as autarquias poderão dar um importante contributo para a formação e uma vida sadia da juventude.

É importante, onde tal for possível, prosseguir os programas de ocupação dos tempos livres dos jovens nas férias, extinto pelo actual Governo no quadro da sua política antijuvenil. É justo contribuir, através das nossas posições nos órgãos de Poder Local, para que 1985, que além do mais é o Ano Internacional da Juventude, seja um ano de ainda maior atenção e reforço do nosso trabalho em relação às massas juvenis.

Se falamos da necessidade de trabalhar mais e melhor para a juventude não é por pensarmos apenas no seu papel no futuro.

A juventude tem um importante e decisivo papel a desempenhar desde já, nas lutas que estão neste momento em curso pela defesa do Portugal de Abril e da independência nacional. Não é possível pensar em vencer as grandes batalhas que temos hoje pela frente sem ganhar para o lado da democracia, do progresso e da luta anti-imperialista, uma grande parte, a parte decisiva, da juventude trabalhadora, desempregada e estudantil.

Parte importante dos jovens pode constituir e constituirá cada vez mais um destacamento aguerrido do movimento popular. É com a JCP, é com o nosso Partido que poderão contribuir para os ideais de justiça, de progresso, de mudar para melhor o mundo em que vivem.

A JCP e a outras organizações juvenis caberá um papel determinante na mobilização dos jovens para uma maior participação nas tarefas das autarquias, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida de todo o povo.

Lutar pelas reivindicações próprias e lutar abnegadamente, generosamente, pelas reivindicações de todo o povo, é a melhor escola de formação da juventude revolucionária.

(Extracto da Intervenção final pronunciada por Carlos Costa)

## Internacional

# URUGUAI

## Vencida mais uma batalha na luta pela democracia

As eleições gerais realizadas no passado domingo no Uruguai saldaram-se por mais uma estrondosa derrota da ditadura militar e pela afirmação inequívoca do desejo de retorno à democracia plena, sem tutelas nem restrições. Os resultados já conhecidos (embora possam vir a sofrer ligeiras alterações com o apuramento total dos escrutínios) são elucidativos: as três principais forças da oposição, Partido Colorado, Partido Nacionalista Blanco e Frente Ampla, recolheram em conjunto mais de noventa por cento dos votos, enquanto a União Cívica, apoiada pelo então presidente general Gregório Alvarez, não foi além duns escassos dois a três por cento.

Após onze anos de ditadura — os militares tomaram o Poder em 27 de Junho de 1973 — o povo uruguayo fez das eleições de domingo uma jornada de alegria exuberantemente manifestada na rua, mas também uma jornada de luta. Porque todos sabem que as eleições, realizadas num clima de aparente liberdade, são um passo importante para a democracia mas não ainda o retorno à democracia.

Um longo e difícil caminho terá ainda de ser percorrido, não só até ao dia 1 de Março de 1985 — data acordada entre os militares e as forças políticas para a tomada de posse do novo governo —, mas sobretudo a partir daí.

A incontestada vitória do candidato presidencial do Partido Colorado, Julio Sanguinetti, um advogado de 48 anos (por vezes acusado pelas outras forças de oposição de ser demasiado contemporizador com os militares no Poder), abre uma nova fase do processo político uruguayo, onde as declarações de boas intenções — como a de formar um governo de unidade nacional para todos os uruguayos — terão de ser apoiadas numa efectiva vontade política para vencer as sequelas deixadas pela ditadura, bem como as tentações da «classe» castrense em continuar a deter o controlo de sectores-chave da vida nacional.

Se aparentemente o processo no Uruguai não foi muito diferente da generalidade das experiências ditatoriais latino-americanas, uma análise mais aprofundada revela que se está perante uma via mais ou menos original de retorno à democracia. A primeira questão que pode ser levantada é: como é que uma ditadura tão feroz como a que vigorou no Uruguai durante uma década desemboca num processo eleitoral que se rege por normas aprovadas no princípio do século e que a generalidade dos intervenientes considera como absolutamente democráticas?

Para responder a esta questão haverá que ter em conta a própria história do Uruguai, considerado durante muito tempo como o «paraíso» latino-americano, quer pelas condições de vida da população quer pelas liberdades democráticas, ou ainda pela situação de prosperidade económica registada até meados da década de cinquenta. É mais ou menos a partir desta altura que a situação de excepção do Uru-

guai, considerado no contexto latino-americano, começa a degradar-se.

A crise económica provocada pela cobiça dos multinacionais e agravada por catástrofes naturais, a que o Poder político



O Partido Comunista do Uruguai, ainda interdito pela ditadura militar, auto-legaliza-se pela luta popular; na foto, manifestação em Montevideo para festejar o regresso ao país do secretário-geral do PCU, Rodney Arismendi

dos liberais não soube responder, desencadeou no país uma situação de instabilidade política, económica e social até aí desconhecida. A inflação e as lutas laborais cresceram a um ritmo surpreendente. Ao «paraíso» sucedeu-se o «inferno» da ditadura dos militares, cuja tentação pelo Poder foi devidamente fomentada e apoiada pelo imperialismo norte-americano.

Um balanço sumário dos últimos dez anos revela como os uruguayos viveram como um povo encarcerado: pelo menos uma pessoa em cada cinquenta esteve presa ou foi interrogada; mais de sessenta mil pessoas foram torturadas; cerca de dez mil uruguayos foram privados dos seus direitos civis; cerca de 60 por cento dos professores universitários foram expulsos da docência; mais de meio milhão de uruguayos foi forçado a exilar-se. No Uruguai, um país de três milhões de habitantes, levou-se quase ao extremo a repressão, a censura, a proibição dos partidos políticos, das organizações sindicais, das associações estudantis e populares.

Vivendo encarcerado, sim, mas sempre combativo — mesmo quando a morte pare-

cia ser o único sinal de vida no país — o povo uruguayo forjou durante uma década o seu renascer para a democracia.

### Uma luta que continua

Refazendo na mais dura clandestinidade as organizações desmanteladas pela ditadura, construindo malha a malha a rede da resistência, organizando no estrangeiro todas as forças progressivas e antiditatoriais, os democratas uruguayos e em particular os comunistas ergueram o edifício da unidade que haveria de for-

rem ainda exilados.

Por outro lado, os principais dirigentes da oposição uruguayo, como Liber Seregni, da Frente Ampla e Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Blanco, não se puderam candidatar; este último continua preso a aguardar julgamento sob a acusação de «traição» e o primeiro está proscrito. Apesar das numerosas libertações os militares continuam a negar-se a decretar uma amnistia geral, contando-se por centenas os presos políticos encarcerados, como é o caso de Paul Sendic, o dirigente histórico dos «Tupamaros».

Acresce ainda que o novo governo — que por acordo de



Vontade de paz impõe, simultaneamente, um imenso esforço de defesa

# ANGOLA

## Vontade de Paz afirmação de independência

Difícil é duvidar-se da profunda vontade de paz do povo e do governo de Angola, do MPLA-PT. Difícil face à simples lógica de um povo que ainda não conheceu paz, e à luta de libertação teve que encadear outras guerras não menos dolorosas, contra tropas invasoras e grupos terroristas que delas têm o apoio total, do treino e organização ao fornecimento de armas. Difícil face à posição defendida pelo governo de Angola. Posição inequívoca quanto à conquista da paz necessária na África Austral. Mas não menos inequívoca no que respeita à defesa dos princípios de independência e defesa dos interesses nacionais, em particular do direito inalienável do povo de Angola de escolher o seu caminho, sem ingerências nem pressões, externas.

É exactamente aqui que para o imperialismo começa o problema. É exactamente por isso que os mesmos que se atrevem a «lamentar» as graves dificuldades económicas por que passa a República Popular de Angola, e que nelas têm responsabilidades fundamentais, pretendem fazer vergar o povo angolano a interesses que lhe são alheios, e assim tentar dar uma machadada terrível, não só às perspectivas abertas por um povo independente e que escolheu o caminho do desenvolvimento socialista, mas a toda a luta dos povos da África Austral, da própria África do Sul e da Namíbia.

### Uma posição de princípio

«Os «mass média» ocidentais escrevem unicamente sobre a presença dos internacionalistas cubanos em Angola, esquivando-se propositadamente a problemas importantes como, por exemplo, a independência da Namíbia e a retirada das tropas da RAS das regiões Sul de Angola», declarou o presidente angolano, camarada José Eduardo dos Santos, nas comemorações do dia da independência, em Uíge — «o governo da RPA tem repetidamente indicado que a autêntica paz e estabilidade na África Austral só poderão ser alcançadas sob a condição da retirada completa das tropas sul-africanas de Angola, o fim da assistência ao grupelo

terrorista da Unita, a liquidação das suas bases na Namíbia e o cumprimento rigoroso das resoluções da comunidade internacional».

A proposta angolana aos Estados Unidos não pode deixar dúvidas a ninguém. São pontos fundamentais:

1. Conclusão da retirada das forças sul-africanas de Angola;
2. Cessação de todo o tipo de apoio aos fantoches da Unita e desmantelamento das suas bases na Namíbia;
3. Implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia;
4. Depois da instalação das forças da ONU na Namíbia e da redução das forças sul-africanas até mil e quinhentos soldados de infantaria, os governos de Angola e Cuba iniciarão a redução gradual do contingente internacionalista cubano (que, note-se, deve a sua presença em Angola à necessidade de defesa face à agressão da África do Sul, país que não está ameaçado por nenhum outro — ou falando com toda a clareza: o que está ameaçado é o regime de «apartheid», mas pelo próprio povo sul-africano que é vítima dessa criminosa forma de exploração).

Quando à retirada gradual das tropas internacionalistas cubanas (estacionadas entre o 16.º e 13.º paralelo) a proposta angolana prevê a retirada de um primeiro contingente quatro meses depois da instalação das forças da ONU na Namíbia, e que se somaria um outro

prazo de mais quatro meses para uma retirada total.

O que no fundo constitui uma manifestação da profunda vontade de paz do povo e do governo de Angola, uma clara afirmação de princípios, uma demonstração mais de que a presença das tropas internacionalistas cubanas em Angola está totalmente ligada e dependente das ameaças de agressão, da ocupação de território angolano e do apoio e estímulo aos bandos terroristas, por parte da África do Sul.

Sublinhando ainda a firme posição de princípios assumida por Angola, o presidente José Eduardo dos Santos afirma, na carta enviada ao secretário-geral da ONU: «Angola não pode fazer concessões que constituam um suicídio para a sua integridade nacional e para o seu processo político e social e esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus filhos».

Na verdade, esforços não faltam para que tal suicídio se concretizasse.

### A pressão política tem muitas formas

Nas províncias de Huíla e do Cunene mais de um milhão de pessoas sofrem hoje graves problemas porque tiveram de abandonar as suas casas, os seus postos de trabalho, os seus poucos haveres, para fugirem do terror e da agressão da África do Sul. Este é apenas um exemplo, referido pela Angop, das consequências socio-económicas da situação imposta ao povo angolano.

Na sua intervenção, já referida, no Uíge, o presidente angolano, na denúncia da acção terrorista da Unita, afirmou: «Atacam as lavrias, os campos, roubam tudo, minam os caminhos por onde o povo tem de passar, incendiam aldeias, não permitem, sempre que podem, que os bens materiais necessários para o povo trabalhador viver, circulem pelas estradas. «Esta é a razão que nos

obriga a canalizar grande parte dos nossos recursos para o aumento da nossa capacidade defensiva e a mobilizar para as tarefas militares as camadas mais jovens da população».

Esta uma componente importante da pressão política, na vã tentativa de fazer vergar o povo angolano.

A que outras se somam? Porque o agressor, a mão que arma os bandos terroristas, não está sozinho. E se é verdade que a maioria dos povos e mesmo dos governos do mundo se manifesta contra a política de Pretória, não é menos verdade que os apoios a esta política são poderosos.

Basta referir o exemplo do que se passou na Assembleia Geral da ONU, no debate sobre o regime fascista sul-africano. Na votação de uma convenção internacional contra o regime do «apartheid», houve um voto contra — o dos Estados Unidos. Exemplo extremo a que entretanto poderemos somar um outro. Uma moção referente às consequências nocivas para os direitos humanos da política militar e económica da RAS registou 110 votos a favor, 10 contra e 14 abstenções. Os votos contra englobam, em geral, países da NATO. Entre as abstenções conta-se a de Portugal.

E aqui cabe sublinhar uma vez mais as reiteradas denúncias da actividade de contra-revolucionários angolanos (e moçambicanos) em Portugal, aliás um dos centros mais importantes de acção de tais grupos. E os cinicos desmentidos governamentais, como o de Jaime Gama à BBC, (mais um) textualmente negando a presença de gente dos bandos da Renamo e da Unita no nosso país — «Não, não há nenhum, nenhum escritório!» — quando até moradas e nomes são do conhecimento comum, e os contactos (e cobertura) da imprensa, rádio, TV, são coisa corriqueira. Claro está — em nome da «liberdade», liberdade de ingerência na vida de outros povos. Liberdade de tentar impor suicídios políticos a quem determinadamente os recusa.

## Jugoslávia, 29 de Novembro uma data histórica

A luta dos povos da Europa contra o jugo nazi, durante a segunda grande guerra mundial, o destaque papel dos comunistas nessa luta e, em particular, a vitória da União Soviética sobre as tropas invasoras de Hitler, abriram caminho a profundas transformações na Europa e à própria formação de uma comunidade socialista.

Para muitos países europeus, os anos 40 marcam datas históricas, novas fases no processo de desenvolvimento dos seus países, e nalguns casos a própria garantia da existência nacional.

No conjunto e interacção das grandes batalhas travadas nesses anos, a luta heróica do povo jugoslavo pela libertação do país e uma nova perspectiva de desenvolvimento, assume uma particular dimensão, pela sua envergadura, pelo contributo real que então deu à luta antinazi.

O 29 de Novembro de 1943 é uma das datas importantes da história contemporânea da República Socialista Federativa da Jugoslávia, porque foi nessa data, em plena guerra de libertação nacional, que foram lançadas as bases do novo Estado jugoslavo. Nesse dia, os delegados do Conselho antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia (AVNOJ em servo-

-croata), reuniu-se na sua II sessão na pequena cidade de Jajce, em território libertado. Os delegados vieram de todo o país, muitos abrindo caminho de armas na mão, pois tinham que atravessar território ocupado pelos nazis.

A II sessão do AVNOJ tomou decisões históricas, no que se refere à posterior evolução de uma Jugoslávia libertada, e ainda relativamente à luta imediata.

Então, as forças fascistas detinham ainda sólidas posições, mas a luta armada na Jugoslávia tinha já importantes dimensões. O exército de libertação nacional englobava 25 divisões e

uma centena de destacamentos guerrilheiros, num total de 300 000 combatentes.

Desde o início da luta foram constituídos os Comités populares de libertação, criados por todo o território da Jugoslávia, em cada uma das administrações locais e abarcando também território ocupado.

De todo este importante processo de luta, inserido na batalha decisiva do Exército Vermelho contra os nazis, resultou a Europa de hoje e, em particular, a nova Jugoslávia, nos seus traços políticos gerais já delineada na histórica sessão do AVNOJ, em Jajce.



29 de Novembro, uma data histórica para o povo da Jugoslávia

# ÁFRICA DO SUL

## ONU condena o apartheid e propõe boicote internacional

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou recentemente um conjunto de resoluções condenando o regime de apartheid da África do Sul, prevendo ao mesmo tempo a possibilidade de estabelecer sanções totais e obrigatórias contra o regime de Pretória.

Uma das resoluções, aprovada por 120 votos contra dez e 14 abstenções, condena a colaboração dos Estados ocidentais, de Israel e das empresas multinacionais com Pretória e solicita ao Conselho de Segurança da ONU que estude com urgência a imposição de um boicote internacional à África do Sul. Uma outra resolução condena a política de banulização prosseguida por Pretória, a ocupação militar da Namíbia e a agressão armada contra outros Estados, reafirmando o direito do povo namibiano à autodeterminação e independência.

As resoluções da ONU são tanto mais oportunas quando na África do Sul continua crescendo a luta de massas contra o racismo e o apartheid. Greves, manifestações, jornadas de luta registam-se quase diariamente e abarcando um cada vez mais amplo espectro social. Não são já apenas os mineiros ou os habitantes dos bairros negros a enfrentar as forças repressivas do regime de Pieter Botha. Recentemen-

te, o presidente do Partido Federal Progressista da RSA denunciou no Parlamento que mais de dois mil operários negros sul-africanos morreram ou ficaram feridos este ano em consequência de acidentes de trabalho, acusando que tal se deve ao facto de em conformidade com a legislação em vigor cerca de 72 por cento dos africanos estarem privados do direito à segurança no trabalho.

A gravidade desta situação, que revela bem o carácter anti-humano do regime, não podia ser maior. Só no Transkei, segundo um inquérito recente, mais de 25 por cento da população, que trabalha nas minas, sofre de tuberculose e mais de 50 por cento de pneumonia crónica!

Também os jornalistas estão em luta contra o regime. Numa declaração difundida pela Associação dos Jornalistas sul-africanos, afirma-se que no país não existe sequer a mínima aparência de liberdade de imprensa. O documento surge como protesto contra a

repressão que atingiu jornalistas de diversos jornais, acusados de divulgar informações sobre a greve registada na província do Transval. De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a publicação de materiais, entre outros, sobre a acção da polícia, a luta dos africanos pelos seus direitos, a deportação da população negra para as «reservas», as prisões sem julgamento, a ocupação militar da Namíbia, a cooperação militar com potências ocidentais. Mais de cem leis regulamentam a actividade jornalística na África do Sul, pelo que o difícil é não escrever nada que não seja «condenável».

Contestado internamente pelos mais variados sectores, o regime de Botha continua no entanto a contar com o maior apoio do imperialismo, em particular norte-americano.

A serem aprovadas pelo Conselho de Segurança as «sanções totais obrigatórias» propostas pela Assembleia Geral da ONU, muitas resistências terão de ser vencidas, não sendo seguro que muitos governos capitalistas não fechem os olhos às violações do boicote internacional com que se pretende isolar Pretória para a forçar a pôr termo ao racismo e ao apartheid. Para tanto con-



A população negra da África do Sul queima nas ruas os salvos condutos impostos pelo regime do apartheid

tribuir sem dúvida os interesses dos monopólios internacionais; segundo dados da ONU, só na Namíbia operam cerca de 400, que se apropriam de 60 por cento do produto nacional bruto daquele território ilegalmente ocupado pela África do Sul.

Não são também de prever grandes alterações da política de Washington — dita de «empenhamento construtivo» — em relação ao actual regime sul-africano. Ainda recentemente, os EUA assinaram com as autoridades de Pretória um acordo sobre a instalação, em navios de guerra sul-africanos, de mísseis norte-americanos com capacidade nuclear.

Segundo o jornal ghanês «People's Evening News», a África do Sul adquiriu também recentemente 500 tanques, 3500 carros blindados, 500 aviões e helicópteros e 70 navios de guerra a empresas dos EUA, França, Grã-Bretanha, RFA e Israel, para além de estar a fabricar material bélico sob licença de firmas ocidentais. São interesses deste género que o eventual boicote proposto pela ONU terá de enfrentar.

O que não será fácil, pois aos fazedores de morte não importa quem morre — seja de tuberculose ou pelas armas mas quem e quanto lucra com ela.

**A GRAVIDADE  
DA SITUAÇÃO  
A URGÊNCIA  
DA DEMISSÃO  
DO GOVERNO  
A ALTERNATIVA  
DEMOCRÁTICA**



**Resolução política  
aprovada na sessão plenária  
do Comité Central do PCP  
de 26 de Novembro de 1984**



# 1

## SETE TRAÇOS CARACTERÍSTICOS FUNDAMENTAIS DO MOMENTO PRESENTE

O momento presente da vida nacional apresenta sete traços característicos fundamentais:

1.º A crise profunda evidenciada na degradação da situação económica, financeira, social e política.

2.º A ameaça real que pesa sobre as liberdades, o regime democrático e a independência nacional.

3.º A responsabilidade directa na situação criada e nas ameaças referidas da política de restauração monopolista do Governo PS/PSD, continuador da política do governo «AD», e daí a impossibilidade de com o actual Governo e a actual política se resolverem os graves problemas que o país defronta.

4.º A extrema fragilidade a que chegou a coligação governamental, por virtude do desastre nacional provocado pela sua política, dos conflitos internos na coligação e nos partidos que a compõem, do seu descrédito completo e da rápida redução da sua base de apoio social e político.

5.º A profunda e generalizada indignação e oposição do povo português à política actual e a luta de vastos sectores democráticos e patrióticos, da classe operária e das massas populares pela demissão do Governo.

6.º O atraso da intervenção para a demissão do Governo dos mecanismos institucionais consagrados na Constituição.

7.º Como resultante dos seis anteriores: A verificação de que estão criadas as condições objectivas fundamentais para a imediata demissão do Governo PS/PSD, dependendo esta apenas de factores subjectivos, entre os quais se destacam três: a luta de massas, a iniciativa democrática e o funcionamento das instituições.

A alternativa política ao actual Governo não consiste apenas na mudança de pessoas e de partidos no Poder, mas na formação de um Governo democrático com uma política alternativa capaz de fazer o país sair da crise e de resolver os problemas nacionais.

# 2

## SALVAR A ECONOMIA DO DESASTRE

A degradação da economia portuguesa atinge tal gravidade que se pode correctamente falar de desastre nacional.

### Recessão económica

A recessão económica mantém-se e acentua-se como resultado directo da política de recuperação capitalista e de restauração monopolista e latifundista do Governo PS/PSD na continuação da política do governo «AD».

Segundo dados oficiais, o Produto Interno Bruto deverá registar em 1984 uma baixa de 2%.

No 1.º semestre de 1984 a **produção industrial** baixou 3%. São particularmente afectados, entre outros, a construção civil, a reparação naval, os produtos metálicos, a cristalaria, o mobiliário de madeira e a alimentação.

Na agricultura, apesar do ano climatérico favorável, os valores foram em 1984 muito inferiores aos atingidos antes de 1977. A produção estimada de 467 mil toneladas de trigo e 115 mil toneladas de centeio (embora superiores às de 1983) representa quebras de 32% e 30% respectivamente em relação às produções de 1975/76 (686 mil e 165 mil toneladas). Regista-se também uma diminuição superior a 20% da produção leiteira e a diminuição do efectivo e da produção pecuária.

A recessão económica não é no fundamental consequência de factores estranhos à política do Governo. **A recessão faz parte da política do Governo**, conforme o Primeiro-Ministro acaba de declarar em Londres (22.11.84).

Provoca-se deliberadamente a desarticulação e destruição do aparelho produtivo e a baixa da produção. Em vez de se promover a produção em Portugal de muito do que ac-

tualmente se importa, **continua a substituir-se produção nacional por importações**. Em vários sectores cada vez são mais elevadas as importações em relação à oferta total.

**A quebra dos investimentos**, que atinge 20% em 1984, acompanha e amplia o processo de recessão e faz parte também da política do Governo.

A verdadeira cruzada de espoliação de bens e capitais para os grandes capitalistas, as altas taxas de juro, a contracção do crédito e o fomento da especulação, provocam necessariamente a diminuição dos investimentos produtivos e a liquidação da pequena e média empresa.

A fixação de taxas de 19,8% dos impostos sobre jurós (isentos de imposto complementar) e de 30 a 40% sobre lucros (sujeitos a imposto complementar), constituem prova flagrante de que **a política do Governo incentiva deliberadamente a inactividade ou aplicação especulativa dos capitais disponíveis e das poupanças e dificulta os investimentos produtivos**.

A quebra dos investimentos tem também como uma das suas causas a política de comércio externo. O Governo pretende apresentar como um êxito **a redução do défice da balança de transacções correntes** em 1984. Mas este resultado foi obtido à custa de um corte drástico na importação de bens essenciais para a produção, causa e efeito da diminuição dos investimentos e da grave recessão económica geral.

### Mercado Comum

Nesta situação, a integração de Portugal no Mercado Comum seria a consumação da catástrofe da economia portuguesa.

A teimosia do Governo, nomeadamente do Primeiro-Ministro, querendo à viva força apressar a integração, traduz também a dificuldade de o Governo e o Primeiro-Ministro reconhecerem o fracasso monumental da política de integração, apresentada durante anos seguidos como «a prioridade das prioridades».

O PCP salienta a vergonha nacional que consiste em o Primeiro-Ministro, em nome de Portugal, andar a mendigar a

integração, a prontificar-se a aceitar condições gravosas para Portugal, a anunciar datas depois não confirmadas, e a levar sistematicamente com a porta na cara.

**A integração no Mercado Comum não corresponde aos interesses portugueses. É tempo de rectificar tal política e definir linhas nacionais e patrióticas para o desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas com todos os países do Mercado Comum.**



### 3

## SALVAR O SISTEMA FINANCEIRO DA RUPTURA

O desastre da economia arrasta o descalabro financeiro.

### Dívidas do Estado

As **dívidas do Estado** — resultado da política desastrosa do Governo — sobem a um tal nível que o Estado é transformado num gigantesco parasita dos recursos nacionais.

O Governo gastou, sem autorização, em 1984, muito mais do que estava autorizado. O défice do Orçamento do Estado (OE) de 1984, previsto e aprovado em Dezembro de 1983, foi ultrapassado em 170 milhões de contos somando o total de 304,9 milhões correspondentes a 11% do Produto Interno Bruto.

O défice do OE para 1985, pelo que se sabe, ultrapassará largamente o défice do OE de 1984.

Uma vez que o Banco de Portugal cobre tão elevados défices com a emissão de moeda sem qualquer contrapartida no aumento de produção, a situação torna-se insustentável.

**A situação deficitária do Estado é entretanto incomparavelmente superior ao défice do Orçamento.**

A dívida interna directa e «declarada», do Estado — ainda muito inferior à real — deverá atingir, em fins de 1984, 1800 milhões de contos, ou seja, o dobro da dívida de 1982!

Há que acrescentar ainda as dívidas do Estado à banca nacionalizada por bonificação de juros (68 milhões), do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais (défice acumulado: cerca de 300 milhões); do Fundo de Abastecimento (150 a 200 milhões); do Fundo de Apoio Térmico (50 milhões); do Fundo de Turismo; e ainda outras dívidas do Estado às empresas públicas, às UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, às farmácias, aos construtores de obras públicas, etc.

### Sistema bancário

O **sistema bancário** sofre as consequências desagregadoras e ruinosas tanto do desastre da economia, como da guerra lançada pelo Governo contra a banca nacionalizada com vistas à sua reprivatização.

# 4

## **PÔR FIM ÀS OFENSIVAS CONTRA-REVOLUCIONÁRIAS: GARANTIR OS LIMITES DOS SECTORES CONSAGRADOS NA CONSTITUIÇÃO**

Portugal caminha irremediavelmente para o desastre económico e a ruptura financeira se continuar a política de restauração monopolista do Governo Soares/M. Pinto.

Ante a evidência da gravidade da situação económica e financeira, os homens do Governo falam agora em «reajustamentos» de orientação. Mas tais «reajustamentos» terão em vista apressar ainda mais e não suster ou rectificar o processo contra-revolucionário, isto é, as ofensivas contra as conquistas de Abril, designadamente contra as nacionalizações e a reforma agrária — ofensivas que constituem a causa fundamental e motora da degradação da situação económica e financeira, assim como da situação social e política.

### **Ofensiva contra as nacionalizações e a reforma agrária**

A ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo PS/PSD contra as nacionalizações está a desenvolver-se através de decisões que visam manifestamente a sua liquidação a curto prazo, designadamente:

- a autorização para a criação de bancos privados incluindo bancos estrangeiros;
- a abertura ao capital privado de sectores que lhe estão constitucionalmente vedados;
- a intensificação da obra de degradação, desmantelamento e destruição de sectores e empresas nacionalizadas preparando terreno para a sua reprivatização.

Trata-se de decisões perigosamente ruinosas, desestabilizadoras e subversivas às quais se tem de urgentemente pôr termo.

A ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo PS/PSD contra a reforma agrária está a desenvolver-se, não só utilizando os já conhecidos métodos de pilhagem de terras, gados, máquinas e outros bens, mas utilizando novos métodos de verdadeiro gangsterismo que visam manifestamente a liquidação a curto prazo da reforma agrária, designadamente:

- novos prolongamentos de prazos (que já haviam terminado em 1978!) para os agrários requererem novas reservas e majorações;
- concessão a capitalistas de exploração de terras das UCP's/Cooperativas;
- atribuição aos agrários de «medidas cautelares», atribuindo-lhes as colheitas em terras das UCP's/Cooperativas (azeitona, por exemplo);

Tal como com as nacionalizações trata-se de medidas perigosamente ruinosas, desestabilizadoras e subversivas às quais se tem de urgentemente pôr termo.

### **Organização económica do País**

A organização económica continua a estar no centro de toda a evolução da situação económica, social e política do País e dos conflitos sociais e políticos em curso. Portugal está perante dois caminhos:

- ou continuam as ofensivas para destruir as nacionalizações e a reforma agrária e a economia

portuguesa poderá com elas ser completamente destruída;

— ou se sustêm definitivamente essas ofensivas, se consolidam as nacionalizações e a reforma agrária e as estruturas diversificadas que desde a revolução de Abril constituem a organização económica do País e poderá nessa base realizar-se uma política que permita a Portugal sair da crise, resolver os graves problemas existentes e realizar finalmente uma política de desenvolvimento e de melhoramento das condições de vida do povo, no quadro do regime democrático e da independência nacional.

O PCP pronuncia-se pelo segundo caminho, o único capaz de salvar Portugal do desastre.

É necessário repor as situações que foram ilegalmente alteradas. É necessário garantir os limites dos sectores consagrados na Constituição.



# 5

## SITUAÇÃO SOCIAL INSUSTENTÁVEL

A situação social caracteriza-se fundamentalmente pela deterioração constante e progressiva das condições de vida e por gravíssimas dificuldades que — em consequência da política de recuperação capitalista — atingem praticamente todas as classes e camadas antimonopolistas, assim como os sectores mais desfavorecidos da população.

### Aumento do custo de vida

O aumento do custo de vida, com repetidos, sucessivos e brutais aumentos de preços decretados pelo Governo Soares/M.Pinto — designadamente os artigos alimentares e outros de consumo corrente, dos combustíveis, da electricidade, da água, dos transportes, das rendas, dos serviços de saúde, dos medicamentos e do ensino — reduziu drasticamente o nível de vida dos portugueses, representando para as camadas mais desfavorecidas a miséria e a fome que alastram.

### Situação dos trabalhadores

As condições de trabalho e de vida dos trabalhadores — impostas violentamente pelo Governo PS/PSD — pioram dia a dia e provocam uma onda de indignação e revolta de norte a sul do país.

Alguns aspectos são particularmente graves:

— **A baixa dos salários reais** orçando os 13% devida à congelação prática da contratação colectiva, à inflação, aos acordos cozinhados entre o patronato e os divisionistas da UGT, nas costas e contra os trabalhadores;

— **Os salários e subsídios em atraso**, com alargamento cada vez maior dos períodos sem pagamento, continuam a generalizar-se, abrangendo cerca de 650 empresas e 150 000 trabalhadores, atingindo cifras particularmente elevadas em diversos distritos (25 mil em Setúbal, 22 mil em Lisboa, 18 mil no Porto, 11 mil em Braga, 8 mil em Santarém, 4 mil em Leiria, 4 mil em Aveiro) e subindo a milhões de contos o total de salários retidos nas mãos do patronato (cerca de 16 milhões de contos nos referidos distritos);

— **O desemprego**, com tendência para aumentar, atinge já cerca de 600 000 trabalhadores, correspondendo a 15% da população activa, com particular incidência para os jovens (cerca de 300 000) e as mulheres, sendo característico da evolução o aumento do desemprego de longa duração;

— **Os despedimentos** sucedem-se com carácter massivo em numerosos casos, sendo de destacar a construção civil e a indústria naval e as tentativas de despedimentos em massa em numerosas empresas (2000 na Lisnave, 2000 na CP, 700 na MDF, 1800 na Sorefame, 2000 na CNN e CTM, 200 na Facar, 200 na Bertrand, etc.);

— **Os contratos a prazo**, privando os trabalhadores de direitos e regalias sociais, vão-se generalizando, calculando-se que o número de trabalhadores atingidos é de cerca de 600 000;

— **Os direitos e as regalias sociais** vão sendo progressivamente liquidados, com inúmeros trabalhado-

res perdendo os direitos da segurança social porque o patronato não entrega os valores descontados pelos trabalhadores, com aumentos das pensões e prestações sociais inferiores à taxa de inflação, com o encerramento de refeitórios, cantinas escolares, creches, etc.

### Pequenos e médios agricultores

Os pequenos e médios agricultores apesar do ano agrícola favorável devido principalmente às condições climáticas, continuam a ser conduzidos à ruína pela política do Governo PS/PSD.

São aspectos principais das suas dificuldades no momento actual:

— **Os aumentos repetidos e inoportunos dos preços** do gasóleo, rações, adubos, sementes, pesticidas e fungicidas, enquanto os preços dos produtos agrícolas continuam, na maior parte, a não ser compensadores e o escoamento dos produtos não está assegurado.



# 6

## DEGRADAÇÃO DA VIDA DEMOCRÁTICA

o seguimento da política de recuperação capitalista re-  
ta por sucessivos governos há quase 9 anos, o Governo  
res.M. Pinto, incapaz de vencer a resistência do povo, de  
dar as grandes conquistas democráticas e de restaurar  
monopólios fascistas no quadro do regime político criado  
a revolução de Abril, **intensifica a ofensiva contra as**  
**liberdades e contra a democracia política.**

### **Ofensiva contra as liberdades**

A ofensiva contra as liberdades continua a expres-  
se na actuação governativa quotidiana.

— **O uso e abuso das decisões ilegais, adminis-  
trativas e discricionárias** em desrespeito pela legalida-  
de democrática, torna-se prática corrente nos diversos  
departamentos do Estado.

— **As medidas e decisões restritivas do exercício  
das liberdades e direitos dos cidadãos** (de manifesta-  
ção, de reunião, de propaganda) sucedem-se em deter-  
minações arbitrárias de Governadores Civis, autoridades  
policiais e autarquias de maioria PS/PSD e CDS.

— **Um sistema de repressão interna** de tipo fascis-  
ta (com milícias privadas, proibição de quaisquer activi-  
dades sindicais, despedimentos, agressões físicas) é  
não só permitido **em numerosas empresas** como pro-  
tegido pelo Governo.

— **A intervenção brutal do Governo nas organi-  
zações sociais** impede o seu funcionamento democráti-  
co e a posse das direcções eleitas segundo as normas  
estatutárias (Mútua dos Pescadores).

### **Tentativa de criação de um Estado policial**

A tentativa de criar um Estado policial de tipo totali-  
tário continua a expressar-se na acção governativa.

— **A criação de três Serviços de Informação** vol-  
tados para a espionagem política foi já aprovada.

— **A Lei de Segurança Interna**, lei de inspiração  
fascista, que, a ser aprovada, permitiria a violação dos  
domicílios e da correspondência, as escutas telefónicas,  
a ficha do cidadão e a utilização das Forças Armadas  
para acções de polícia, — lei que a luta popular e de-  
mocrática impediu que fosse definitivamente aprovada  
na Assembleia da República antes das férias de Verão  
e que desde então ficou «congelada» — é de novo  
motivo de pressões do Governo para que seja inscrita  
nos trabalhos da Assembleia.

— A criação da **ficha do cidadão**, já aprovada na  
Lei de Serviços de Informações, embora ainda não em  
vigor.

— O reforço em material e em pessoal das forças  
especiais de repressão e a sua educação e treino em  
métodos de repressão brutal e no ódio ao povo e aos  
democratas continua activamente.

— **O uso e abuso das decisões ilegais, adminis-  
trativas e discricionárias** com desrespeito ostensivo  
pela legalidade democrática, tornou-se o «estilo de go-  
verno» da coligação PS/PSD.

### **Comunicação social**

A situação existente na Comunicação Social, produto do  
abuso e usurpação do poder é inteiramente ilegal, é um  
verdadeiro insulto às liberdades e direitos democráticos —  
inadmissível no regime democrático.

São aspectos mais salientes da situação existente:

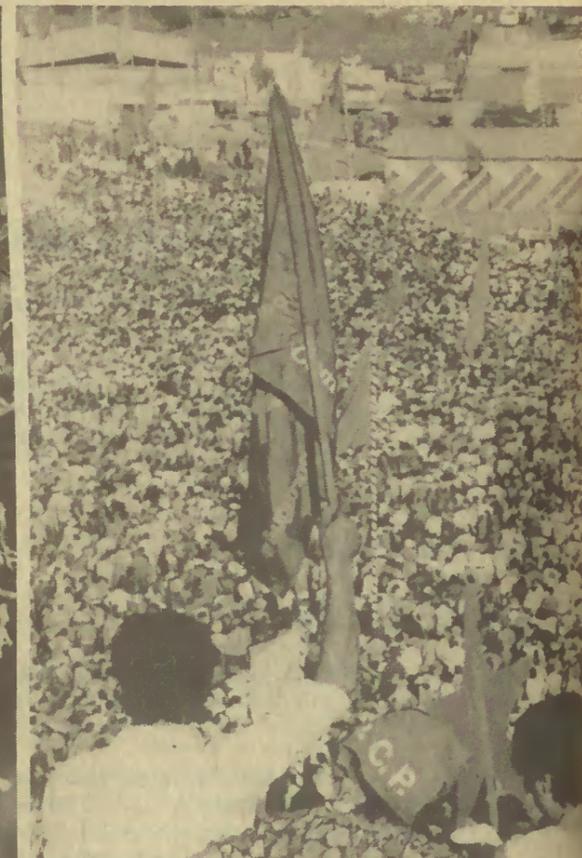
— **A governamentalização da Comunicação So-  
cial estatizada** — RTP, rádio e jornais — e a sua utili-  
zação asfixiante para defender o Governo e atacar as  
forças que se lhe opõem com as mais vergonhosas pro-  
vocações e manipulação da informação.

— **O silenciamento sistemático** das posições e ini-  
ciativas desfavoráveis ao Governo, designadamente de  
grandes forças políticas e sindicais como são o PCP e a  
CGTP. De salientar que de Janeiro a Setembro de  
1984, os serviços noticiosos da RTP/1 (sem contar ou-  
tros programas) deram ao Governo e seus partidos 15  
horas e apenas 30 minutos ao PCP (ou seja cerca de 3  
minutos por mês).

— **Medidas visando a liquidação e a inviabiliza-  
ção das empresas públicas** e a proliferação de si-  
tuações de chantagem económica sobre os profissionais  
da informação confirmam o projecto de monopolização  
pelo Governo e seus partidos da Comunicação Social  
estatizada.

**A luta pela demissão do Governo e por uma alternati-  
va identifica-se com a luta em defesa das liberdades e  
da democracia.**





— Contracção do crédito à **agricultura**, designadamente através da abolição da bonificação do crédito a longo prazo, da diminuição da bonificação no crédito de campanha, e extinção de linhas de crédito no sector pecuário e para fundo de maneio das cooperativas agrícolas.

— O **desmantelamento das Empresas Públicas/Organismos de Coordenação Económica** (EPAC, AGA, IAPO e diversas Juntas), em consequência do qual desapareceram praticamente **os preços de garantia** e aumentam as dificuldades de **escoamento** dos produtos.

— O **súbito agravamento da crise no sector pecuário**, com a inércia do Estado ante os surtos de brucelose, peripneumonia e peste suína africana, o decreto-lei sobre os matadouros forçando a sua privatização e centralização.

— **As importações desnecessárias** de produtos que a agricultura e pecuária nacional produzem.

— **A exploração de rendeiros e seareiros**, designadamente pelo aumento das rendas das terras, e a tentativa de **roubar os baldios** aos povos.

## Mulheres

A **situação das mulheres** agrava-se também dia a dia em consequência da política do Governo:

— Para as **mulheres trabalhadoras** são problemas particularmente sentidos o aumento do desemprego feminino, as discriminações salariais e profissionais, a repressão nas empresas (têxteis, indústrias eléctricas).

— Para todas as mulheres, a degradação das condições de vida do povo, o agravamento brutal do custo de vida, a paralisação da construção de creches, jardins de infância e outras instalações sociais, o renovar (com a recuperação capitalista) de conceitos discriminatórios em relação à mulher, a não aplicação das leis sobre maternidade e interrupção voluntária da gravidez.

## Juventude

A **juventude** atravessa uma situação extremamente preocupante em consequência da política actual.

— São **problemas prementes da juventude trabalhadora** o desemprego, os despedimentos, os contratos a prazo, os salários em atraso, a prestação de trabalho sem contrato e sem regalias sociais, o trabalho infantil, as discriminações salariais, a exploração da aprendizagem e da formação profissional, a não aplicação do estatuto do trabalhador-estudante.

— São **problemas prementes da juventude estudantil**, a degradação das condições pedagógicas e de estudo, a redução do apoio social escolar com o agravamento dos preços dos serviços de cantinas, dos livros, dos transportes, e a não actualização das bolsas.

No **ensino secundário** pesam particularmente a superlotação nas escolas, a falta de professores, a selectividade. No **ensino superior** as restrições ao acesso, a degradação do ensino, a falta de colocação terminado o curso, o aumento dos preços nas cantinas, a eliminação progressiva do carácter social dos Serviços Sociais.

— O agravamento geral das condições de vida da população e a política do Governo levam milhares de jovens ao abandono escolar em todos os graus de ensino e criam sérias dificuldades na actividade social, cultural e desportiva assim como na ocupação dos tempos livres.

## Intelectuais e quadros técnicos

**Os intelectuais e quadros técnicos** são crescentemente atingidos pela política de recuperação capitalista, que é também uma política profundamente anticultural.

São mais directamente atingidos, em especial, por:

— Redução do seu rendimento real e agravamento da carga fiscal, instabilidade de emprego, sub-emprego e desemprego; generalizada degradação das condições

de exercício da profissão com o descalabro do sistema escolar, dos serviços de saúde, dos institutos científicos e técnicos, o corte de verbas nos domínios da arte e da cultura em geral.

— Práticas de marginalização, compadrio e arbitrio nas colocações, promoções e carreiras, especialmente em todos os serviços de Estado e nas grandes empresas públicas, e regresso da censura, particularmente na Comunicação Social, e da perseguição repressiva.

## Pequenos e médios comerciantes e industriais

**Os pequenos e médios comerciantes e industriais** sofrem directamente as consequências da recessão industrial e agrícola, das dificuldades de crédito e das altas taxas de juro, do peso dos encargos gerais, da queda do poder de compra da população.

— **Os pequenos e médios comerciantes** têm, a agravar a situação, os aumentos das rendas comerciais, a prolongada quebra das vendas e a forte concorrência das grandes superfícies e centros comerciais.

— **Os pequenos e médios industriais** têm, a agravar a situação, a quebra do investimento, o envelhecimento do parque de máquinas, a diminuição da carteira de encomendas, a reduzida taxa de utilização da capacidade instalada.

## Camadas mais desfavorecidas

**Os reformados e idosos** encontram-se, na maior parte, em situações de verdadeira miséria dada a exiguidade das pensões e a subida do custo de vida.

**Os deficientes** são profundamente e especificamente afectados pela crise é o desemprego geral, dada a inexistência de uma quota de emprego, a existência das barreiras arquitectónicas e dificuldades particulares no que respeita aos transportes, à habitação e à segurança social.

## Habitação, saúde, política fiscal

O **constante agravamento dos problemas da habitação** (carências de fogos, queda da construção, encarecimento das rendas, juros exorbitantes na aquisição de habitação própria e falta de apoio à habitação social e à recuperação de imóveis degradados, etc.) e **da saúde** (degradação dos serviços, encerramento de hospitais concelhios, de urgências, e de postos de saúde, a não abertura de novos hospitais distritais já prontos, aumento do preço dos medicamentos, carência de médicos fora dos grandes centros urbanos, etc.) constituem importante factor do agravamento das condições de vida do povo português.

A **situação da maioria esmagadora da população portuguesa é ainda agravada pela política fiscal**, que, para servir a recuperação capitalista, é manifestamente regressiva, ou seja, onera (como é o caso do imposto profissional) os mais fracos rendimentos, designadamente os do trabalho, e favorece os maiores rendimentos com isenções e baixas taxas.

É particularmente escandaloso que o Governo PS/PSD, ao mesmo tempo que assim condena o povo ao desemprego, à miséria e à fome promove os altos rendimentos de grandes capitalistas e especuladores, distribui chorudos «táchos» pelas suas clientelas, gasta centenas de milhares de contos em inúteis e dispendiosas viagens e «despesas de representação» no estrangeiro e pretende fazer aprovar pela Assembleia da República uma lei que, se fosse aprovada, subiria os vencimentos dos deputados para 92 contos e legalizar os altíssimos vencimentos do Primeiro-Ministro e dos ministros decretados pelos últimos governos, apesar de não terem competência constitucional para o fazerem.

O PCP afirma que, com uma política económica e financeira democrática e eficiente, **o melhoramento das condições de vida do povo não constitui um factor de dificuldades económicas, mas um factor do alargamento do mercado interno e do desenvolvimento das actividades produtivas.**

# 7

## A INDEPENDÊNCIA NACIONAL EXIGE FIM IMEDIATO DA POLÍTICA DE CAPITULAÇÃO

As relações externas e a política externa do Governo PS/PSD, inserindo-se nos seus objectivos contra-revolucionários de destruição das históricas conquistas de Abril, não só não asseguram os interesses nacionais, como frontalmente os contrariam.

Tal como no tempo da ditadura, os grandes senhores dos antigos monopólios fascistas associados ao imperialismo pretendem de novo apossar-se da economia portuguesa na exploração das nossas riquezas e do nosso povo.

Os factos mostram que a política de restauração monopolista é acompanhada de uma política de capitulação nacional.

A fim de obter apoio e auxílio externo para se manter no Poder, o Governo PS/PSD faz ao imperialismo, nomeadamente ao imperialismo norte-americano, concessões contrárias a interesses vitais de Portugal como Estado livre, democrático e independente.

A política do Governo PS/PSD atinge, limita e compromete a independência nacional no plano económico, no plano financeiro, no plano social, no plano cultural, no plano diplomático e no plano militar.

No plano económico, a independência nacional é atingida, limitada e comprometida:

- pela destruição de estruturas, sectores e empresas da economia portuguesa, sacrificadas ao plano de restauração monopolista e aos interesses do capital estrangeiro e dos países capitalistas desenvolvidos;

- pela criação de novos bancos estrangeiros e o assalto das multinacionais a sectores-chave da nossa economia;

- pela política de recessão da produção nacional acompanhada da importação de produtos estrangeiros e da conquista do nosso mercado interno por produtos de outros países;

- pela convivência com as imposições e desastrosas directrizes do FMI para a política económica portuguesa;

- pela concentração geográfica do comércio externo num número muito restrito de países (Estados Unidos, Mercado Comum e EFTA);

- pela desagregação dos sectores de ponta da nossa indústria, o abandono dos grandes projectos de desenvolvimento nacional e a aceitação de uma divisão internacional do trabalho imposta pelo imperialismo que, a consumir-se, transformaria Portugal num país definitivamente atrasado, produtor de matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra a baixo preço;

- pela insistência no ruinoso plano de integração no Mercado Comum que arruinaria a economia nacional e entregaria o seu domínio aos grandes monopólios dos países desenvolvidos da «Comunidade».

No plano financeiro, a independência nacional é atingida, limitada e comprometida:

- pelo recurso irresponsável e catastrófico aos empréstimos externos que elevaram a dívida externa e os juros respectivos a um tal nível, que a produção nacional e o desenvolvimento económico estão dependentes dos encargos externos;

- pela política de desvalorização do escudo que acorrenta Portugal a encargos cada vez mais elevados nos pagamentos externos.

No plano social, a independência nacional é atingida, limitada e comprometida:

- pela política de mão-de-obra barata e a liquidação de regalias sociais como atractivo para investimentos externos;

- pela exigência do capital estrangeiro, aceite pelo Governo, de uma nova legislação laboral, já em preparação, restritiva dos direitos dos trabalhadores, designadamente do direito à greve.

No plano cultural e ideológico, a independência nacional é atingida, limitada e comprometida:

- pelo abandono da cultura nacional e os apoios e incentivos ao domínio ideológico e cultural do imperialismo, designadamente do norte-americano;

- pelo crescente «cosmopolitismo» reaccionário na educação e no ensino;

- pelo predomínio na imprensa, na TV, na rádio, no cinema, nos espectáculos, dos produtos tendenciosos e medíocres do imperialismo.

No plano diplomático, a independência nacional é atingida, limitada e comprometida:

- pela submissão da política externa do Governo aos interesses e à estratégia do imperialismo norte-americano;

- pela participação, com elevado prejuízo para Portugal, nas campanhas de intriga, de provocação e agressão dos Estados Unidos (América Central, África Austral, Médio Oriente);

- pela limitação das relações de cooperação com numerosos países (designadamente países africanos e socialistas) que Portugal teria todas as vantagens em reforçar e desenvolver.

No plano militar e de defesa, a independência e a soberania nacionais são atingidas, limitadas e comprometidas:

- pelo abandono do Governo dos critérios nacionais em favor dos critérios do imperialismo, particularmente dos EUA e da NATO;

- pela definição da política de defesa nacional como expressão da política da NATO;

- pela solicitação ou aceitação de directrizes, ingerências ou decisões estrangeiras em relevantes sectores da defesa nacional, incluindo nas condições de promoção e no ensino da doutrina militar;

- pelo alargamento de concessões militares em território português designadamente em bases, estações, depósitos, portos e sua utilização, passando por cima da soberania nacional e colocando o nosso país entre os alvos num conflito nuclear;

- pela autorização do trânsito de armas nucleares por território nacional.

A demissão do Governo Soares/M. Pinto é uma necessidade inadiável para a defesa do povo, da liberdade, da democracia. É também um imperativo nacional: uma necessidade inadiável para que a tempo a independência nacional seja defendida e assegurada.

# 8

## É INADIÁVEL ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO REGULAR DAS INSTITUIÇÕES

O prosseguimento do Governo Soares/M. Pinto no Poder excede todos os limites do admissível. **O Governo e a sua maioria de deputados na Assembleia da República, não só limitam e afrontam as instituições democráticas como impedem de facto desde já o seu regular funcionamento.**

O Governo e a sua maioria na Assembleia da República provocam a degradação completa das instituições. O funcionamento das instituições deixou de se conformar com o sistema de Poder e os princípios constitucionais.

**O Governo**, como órgão de soberania que é, deixou de ter um funcionamento normal conforme com os seus deveres, atribuições e responsabilidades e com as mais elementares regras de competência, capacidade e dignidade.

São provas de tal situação:

— a manifesta inconstitucionalidade de muitos dos seus decretos e decisões;

— o desrespeito sistemático pelos princípios consagrados nos artigos 192, 193 e 194, n.º 1 da Constituição;

— o desrespeito ostensivo pela legalidade democrática;

— o desastre que a sua política está provocando na economia nacional, no sistema financeiro, na situação social, na educação;

— a degradação completa da acção governativa traduzida em conflitos internos entre os partidos da coligação, entre Ministérios, entre ministros e secretários de Estado;

— a incompetência, abuso do poder, corrupção que se manifestam na acção governativa;

— a transformação de aspectos fundamentais da acção governativa (elaboração do OE, atribuição de verbas, política externa, adesão à CEE, etc.) em manobras de baixa política para servir ambições pessoais do Primeiro-Ministro e a sua eventual candidatura às eleições presidenciais.

**A Assembleia da República** é também impedida de ter um funcionamento normal e regular pelo Governo e a sua maioria de deputados.

São provas de tal situação:

— o abuso de autorizações legislativas em matéria da competência da Assembleia da República;

— a sonegação à Assembleia da República de dados de informação que lhe devem obrigatoriamente ser fornecidos;

— o desrespeito dos princípios constitucionais para apresentação do OE;

— a desobediência ao princípio da responsabilidade do Governo perante a Assembleia da República;

— a revisão antidemocrática do Regimento da Assembleia, limitando os direitos da Oposição;

— os conflitos internos do Governo e da sua maioria que paralisam ou tornam inoperantes os trabalhos da Assembleia;

— as atitudes do Governo institucionalmente ofensivas para a Assembleia da República (ausência do Pri-

meiro-Ministro e de ministros aos debates, recusa a dar resposta a questões levantadas pelos deputados, etc.).

**O Presidente da República** e o exercício das suas funções são aberta e publicamente contestados pelo Governo e pelos partidos que o compõem, desrespeitando os princípios constitucionais relativos à interdependência dos órgãos de soberania e à responsabilidade do Governo perante o Presidente da República.

**Os Tribunais**, órgão de soberania, são também gravemente afectados no seu funcionamento regular e normal.

São provas de tal situação:

— as tentativas de governamentalização da magistratura judicial e do Ministério Público;

— a degradação do sistema judicial;

— a recusa do Governo a cumprir sentenças dos Tribunais, do que são exemplos, entre outros, o caso dos 264 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, e o caso da sentença que mandou reintegrar os trabalhadores despedidos da RTP.

**A ofensiva do Governo contra as Autarquias** faz parte da ofensiva contra a democracia política, prejudica também o funcionamento regular e normal do poder local democrático.

— **Cortes de verbas** nos anos anteriores e o novo corte superior a 20% em termos reais, já anunciado como constante do OE para 1985, ao mesmo tempo que são transferidas para as Autarquias responsabilidades sem as consequentes verbas, causam profundos prejuízos às Autarquias agravando prejuízos sofridos anteriormente pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais e a sua ulterior revogação.

— Os decretos-leis do **pacote antiautárquico**, sujeitos a ratificação da Assembleia da República, a requerimento do PCP, e a proposta de lei sobre a Tutela significariam uma real subversão do poder local inerente ao regime democrático português.

— A intervenção abusiva do Ministério da Administração Interna e dos governadores civis em manobras e actos de retaliação contra autarquias geridas pela APU, ao sabor dos interesses dos partidos do Governo.

**Nas Forças Armadas** a acção do Governo põe directamente em causa o seu carácter e a sua missão constitucional.

São provas de tal situação:

— as tentativas da sua governamentalização, partidarização e instrumentalização;

— a transformação do ministro da Defesa numa espécie de tutor incompetente, arrogando-se decisões que só aos militares deveriam caber — orientação bem patente no projecto de Lei Orgânica do Ministério da Defesa;

— a inserção no projecto de «Lei de Segurança Interna» do princípio de utilização das Forças Armadas em acções de polícia.

**A monopolização governamental da Comunicação**

**Social estatizada** (em violação flagrante dos princípios constitucionais) e a **utilização partidária do aparelho do Estado** são também importantes instrumentos da **degradação e perversão na natureza e do funcionamento das instituições.**

O normal e regular funcionamento das instituições é contrariado e impedido pela **desestabilização geral do país** — desestabilização da vida económica, desestabilização social, desestabilização política — **provocada pela política contra-revolucionária do Governo Soares/M. Pinto.**

A política de restauração monopolista é, por natureza, uma política de desestabilização. Uma política baseada na defesa das conquistas de Abril é uma política estabilizadora e de estabilidade.

Tanto a acção quotidiana do Governo e da sua maioria na Assembleia da República como projectos de «reformas» e de leis já anunciadas indicam que a desestabilização, a subversão e a destruição das instituições é objectivo assumido da política do Governo.

São disso provas claras:

— **no plano económico**, a restauração do domínio privado nos sectores e empresas nacionalizados e na Reforma Agrária;

— **no plano social**, o pacote laboral e a paralisação ou actuação contra os trabalhadores e organismos que deveriam zelar pelo respeito da legalidade (Inspeção de Trabalho, etc.);

— **no plano político**, o pacote antiautárquico e projectos relativos à restrição das liberdades, a novas eleições eleitorais, etc.

**Os factos mostram com evidência que o Governo PS/PSD e a sua maioria na Assembleia da República estão impedindo o regular funcionamento das instituições.**

**Além das razões políticas, sociais, nacionais, existem e sobram razões constitucionais e institucionais para que o Governo seja demitido e a Assembleia da República dissolvida.**

## 9

### É URGENTE A DEMISSÃO DO GOVERNO

**O PCP insiste na urgência da demissão do Governo — o mais rapidamente possível.**

- para salvar o país do completo desastre económico e da ruptura financeira;
- para salvar o país da desastrosa situação social, da fome, da miséria, do desemprego;
- para salvar as liberdades e o regime democrático;
- para salvar a independência nacional.

#### O Governo não cairá por si

**É uma ilusão conducente à passividade e ao atentismo, considerar que o Governo cairá inevitavelmente em resultado das contradições e conflitos internos na coligação e nos partidos que a compõem.**

Sem dúvida que existem tais contradições e conflitos. São provocados fundamentalmente:

- pelos desastrosos resultados da política do Governo;
- pela resistência e luta popular;
- pela preocupação de alijar responsabilidades e lançá-las sobre o outro partido da coligação;
- pelo desejo de cada partido da coligação não ser arrastado na previsível queda do Governo;
- pelas ambições pessoais dos dirigentes;
- pela partilha dos cargos, das benesses, dos favores.

**Mas os partidos do Governo, através de negociações que nada têm a ver com o interesse público, farão todos os possíveis para superar, mesmo que provisoriamente, essas contradições e conflitos de forma a manterem-se no Poder.**

Com o mesmo fim são previsíveis outras iniciativas dos partidos da coligação:

- **remodelações ministeriais** através das quais sejam bodes expiatórios a pagar as responsabilidades do descalabro económico, financeiro e social;
- **reajustamentos programáticos e técnicos** seja para iludir a opinião pública com uma suposta redinami-

zação da acção governativa, seja para criar a ideia de que o desastre do Governo resultou não da política mas de erros técnicos;

— **medidas demagógicas**, intensificando a campanha de promessas e utilizando ilegítima e largamente os fundos públicos para medidas e actuações eleitoralistas;

— **reforço da intoxicação da opinião pública** pela utilização das campanhas de desinformação, provocação e diversão ideológica através dos meios de comunicação social estatizados;

— **novas medidas tendentes a restringir** os direitos e liberdades democráticas, a reforçar as medidas administrativas e repressivas contra a oposição, desviadamente contra a luta popular e democrática.

#### Demissão do Governo antes das presidenciais

O PCP considera **particularmente perigosa para a democracia a ideia de que a demissão do Governo deverá esperar o resultado das eleições presidenciais de 1985.**

— Por um lado, a continuação durante tanto tempo do Governo Soares/M. Pinto significaria a consumação do desastre económico, financeiro e social provocado pela sua política e novos golpes contra as liberdades, o regime democrático e a independência nacional.

— Por outro lado, a continuação do Governo até às eleições presidenciais poria em risco a democraticidade das próprias eleições e tornaria muito mais difícil a vitória de um candidato da democracia contra o candidato da direita (M. Soares ou outro).

**Para garantia do respeito pelos princípios e normas democráticas nas eleições presidenciais é necessário que anteriormente seja formado um governo que dê garantias de respeito pela Constituição e pela legalidade designadamente na Comunicação Social, na utilização do aparelho de Estado e dos serviços públicos, na condução do processo eleitoral.**

A situação é da exclusiva responsabilidade do Governo, da sua política e da sua actuação, designadamente:

— a imposição de limitações ao crédito (como instrumento da política de contracção da actividade económica), agravada pela redução da diferença entre as taxas de juro das operações activas (crédito concedido) e das operações passivas (depósitos), provoca uma situação em que os juros pagos pelo sistema bancário são superiores aos juros recebidos.

Assim, no que se refere à banca comercial, e segundo as estatísticas do Banco de Portugal, os resultados positivos da «Margem entre juros recebidos e pagos», que atingiam ainda 21,2 milhões em 1978, desceram progressivamente, passaram a ser negativos a partir de 1981 e atingiram em 1983 — 43,6 milhões de contos;

— a acção de administradores nomeados pelo Governo e que na banca nacionalizada determinam operações ruinosas e por vezes delituosas favoráveis ao capital privado.

— os elevados créditos concedidos sem quaisquer garantias para depois serem inscritos no «crédito mal parado», ou «créditos de cobrança duvidosa», que além da quantia perdida, reduzem os juros recebidos pela banca;

— os financiamentos que se revelam a fundo perdido (caso dos empréstimos à banca chilena, do Banco Ambroziano de Itália, das participações em iniciativas bancárias de burlões na Venezuela, etc.).

As receitas na banca já não chegam para cobrir as despesas. Em 1984 (e em 1985 segundo as previsões) não se verifica transferência de lucros do Banco de Portugal e da banca comercial para o OE.

**O próprio Banco de Portugal só vendendo ouro das reservas consegue tapar os défices.** Da análise do Relatório do Banco de Portugal, por exemplo, conclui-se que, em 1983, o défice coberto com a venda de ouro por um lucro resultante do preço superior ao contabilizado atingiu 30 milhões de contos (diferença entre os «lucros excepcionais» e o «resultado do exercício»).

Por outro lado, a **política de desvalorização do escudo** atinge, não só as empresas públicas que foram obrigadas a recorrer ao crédito externo, mas a própria banca. O prejuízo

daí resultante para o Banco de Portugal atingiu cerca de 20 milhões de contos em 1983.

**A não se inverter a situação, as provisões e reservas serão devoradas na voragem dos défices e a ruptura financeira será inevitável, com consequências que poderão ser catastróficas para o País.**

## Dívida externa

**A dívida externa sufoca literalmente a economia e as finanças do País.**

A chamada política de «recuperação económica» de M. Soares e dos partidos da direita traduz-se na diminuição da produção nacional, no recurso aos empréstimos externos numa tal escala, que, a continuar, **condenam Portugal à falência e à bancarrota.**

A dívida externa em 1975 era de 1261 milhões de dólares correspondendo a 9,2% do PIB; em fins de 1984 deverá subir a cerca de 15 500 milhões, correspondendo a 87% (!) do PIB!

Em 1975, **os juros da dívida externa** eram de 89 milhões de dólares, correspondendo a 4,4% das exportações; em 1984 deverão subir a 1013 milhões, correspondendo a 20% das exportações!

**Esta situação é um atestado indesmentível dos resultados catastróficos das ofensivas destruidoras do Governo contra as nacionalizações e a reforma agrária, da criminosa política económica e financeira prosseguida pelo Governo PS/PSD, na continuação do governo da «AD» e governos anteriores.**

A actividade económica portuguesa e a produção nacional encontram-se hipotecadas de facto a esta monstruosa dívida. A renegociação da dívida externa, em termos nacionais, é uma exigência para a saída da crise e o desenvolvimento do País.

A situação económica e financeira é gravíssima, mas existe solução para ela.

**É necessário e possível salvar a economia do desastre e o sistema financeiro da ruptura. Uma primeira condição é a demissão urgente do Governo Soares/M. Pinto. Uma segunda condição é a formação de um governo com uma política democrática e patriótica.**



O PCP insiste em que a questão da demissão do Governo e das conseqüentes e necessárias soluções constitucionais e políticas sobreleva no momento actual a questão das eleições presidenciais.

Sublinhando uma vez mais a necessidade, na altura própria, de um acordo explícito ou de um consenso verificado para o lançamento de uma candidatura democrática em condições de vencer as eleições, o PCP insiste em que é prematuro tomar decisões definitivas acerca de uma candidatura democrática à Presidência.

— Primeiro, porque a tarefa prioritária é a demissão do Governo;

— Segundo porque a situação política que se apresentará na altura das eleições presidenciais de 1985, sobretudo sendo o Governo demitido, será muito diferente da situação actual.

A urgência da demissão do Governo Soares/M. Pinto resulta sem contestação da gravidade da situação que ele criou e das ameaças ainda mais graves que faz pesar sobre o povo e o país.

# 10

## UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA É NECESSÁRIA E É POSSÍVEL

Desmentindo o intenso matraquear da propaganda do Governo que procura gravar na opinião pública a ideia de que, se o Governo cai, não existe qualquer alternativa possível e os piores males poderão cair sobre o país, o PCP afirma que:

— **existe uma política alternativa**, isto é, orientações e medidas capazes de sustentar o caminho para o desastre nacional, de fazer o país sair da crise e de resolver os graves problemas nacionais;

— **existe uma alternativa política**, isto é a possibilidade, por vias inteiramente constitucionais e legais, da formação de um governo para realizar tal política.

### Objectivos essenciais e linhas de actuação

Para uma política alternativa, o X Congresso do Partido definiu cinco objectivos essenciais:

— A estabilidade, a legalidade e a ordem democrática.

— A saída da crise e a recuperação económica voltada para o desenvolvimento.

— O melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos portugueses.

— A garantia das liberdades e direitos dos cidadãos.

— A unidade do País, a independência nacional, a segurança e a paz.

Para que estes objectivos possam ser alcançados é indispensável, entre muitas outras linhas de actuação:

— Pôr termo às ofensivas contra-revolucionárias que visam destruir a organização económica nacional — e apoiar e dinamizar todas as formações económicas existentes: sectores e empresas nacionalizadas, UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, pequenos e médios agricultores, grandes empresas privadas, pequenos e médios comerciantes e industriais, cooperativas, empresas em auto-gestão.

— Pôr termo à política de recessão e desastre — e mobilizar os recursos, as energias e as potencialidades nacionais para produzir mais, impulsionando a indústria, a agricultura, os serviços e os grandes projectos nacionais.

— Pôr termo à falsa política de austeridade que tem significado o desemprego, a fome e a miséria para o povo e a acumulação de riqueza, a centralização de capitais e gastos sumptuários — poupar na energia e

nas matérias-primas e melhorar o aproveitamento da força de trabalho, mediante medidas de organização, racionalização e de melhoramento tecnológico, limitar os altos consumos, reduzir as importações de artigos de luxo, produzir no País muito do que actualmente se importa.

— Recorrer o menos possível aos créditos externos que estão sufocando a nossa economia — e pôr na ordem do dia a renegociação da dívida externa a fim de assegurar a defesa dos interesses nacionais.

O PCP tem proposto repetidamente grandes linhas programáticas para uma alternativa democrática e medidas concretas relativas a todos os sectores da actividade governativa. Elas constam dos documentos dos Congressos e do Comité Central do Partido. Constituem uma base e uma contribuição indispensáveis para a elaboração do programa de qualquer governo que se proponha resolver os problemas nacionais.

### Soluções constitucionais possíveis

Para substituir o Governo PS/PSD demitido:

— é possível a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional;

— é possível a formação de um governo de gestão, de carácter provisório e de emergência;

— é possível a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas.

Num novo quadro partidário resultante da formação de novos partidos, eleições antecipadas poderão ter como resultado:

— alterar completamente a correlação e a arrumação das forças partidárias;

— abrir caminho à constituição de coligações ou alianças democráticas;

— criar condições para um apoio maioritário na Assembleia da República a um governo democrático.

Existe uma política alternativa e a possibilidade de uma alternativa política.

As condições objectivas estão criadas para a demissão do Governo.

Tudo depende agora:

— da luta do povo;

— da iniciativa democrática;

— do funcionamento das instituições.

## A LUTA E A UNIDADE DO POVO: ARMAS DE PORTUGAL DE ABRIL, ARMAS DA VITÓRIA

A luta da classe operária e das massas populares constitui um factor determinante para a demissão do Governo e para uma alternativa democrática.

### A força do movimento de massas

Ao contrário do que afirma a propaganda do Governo e desmentindo a desinformação e o silêncio dos meios de Comunicação Social do Estado, é imenso e poderoso o movimento nacional que — através de concentrações, manifestações, greves e as mais variadas acções e iniciativas e tendo a classe operária na vanguarda — reclama a demissão urgente do Governo Soares/M. Pinto.

Abrangendo os mais variados sectores sociais e políticos, as lutas desenvolvem-se, e é necessário que se desenvolvam com objectivos concretos imediatos, correspondentes aos variados problemas que a luta pretende sejam resolvidos.

Mas, em praticamente todas as lutas, e em todas as frentes, o Governo Soares/M. Pinto aparece inevitavelmente ante as massas não só como o responsável directo dos problemas que se pretende sejam resolvidos, mas também como o obstáculo principal a que eles o sejam.

Todas as lutas que se travam com objectivos concretos imediatos, todos os grandes movimentos e correntes sociais e políticas que se desenvolvem presentemente no País, convergem na reclamação comum da urgente demissão do Governo.

A demissão do Governo Soares/M. Pinto tornou-se o objectivo central, comum e unificador de todas as lutas e movimentos populares.

### Unidade necessária

Para que a luta prossiga, avance, se desenvolva, se torne imparável e conduza finalmente a esse objectivo, a uni-

dade dos trabalhadores, a unidade nas organizações, movimentos e estruturas unitárias, a unidade de democratas e patriotas constitui um factor de importância capital.

O PCP apela aos trabalhadores e às massas populares, aos jovens, às mulheres para que na luta reforcem a sua unidade, para que reforcem a unidade dos seus sectores e de todas as outras organizações e estruturas democráticas, para que reforcem a unidade na acção em cada dia e em cada hora.

O PCP apela aos democratas e patriotas, qualquer que seja o sector partidário em que se situam, para que todos desenvolvam acções e iniciativas comuns ou convergentes com o fim de apressar a queda do Governo e possibilitar a desinstalação da alternativa.

O PCP apela aos trabalhadores, aos jovens, às mulheres, a todos os democratas e patriotas para que, participando com determinação e confiança nas numerosas lutas em curso, dêem a sua contribuição efectiva para a rápida saída da crise económica, social e política que o País atravessa.

Tendo em vista uma intensificação da luta e próximas grandes acções com repercussão nacional, o PCP apela para que todos participem:

- nas mais variadas lutas;
- nas concentrações, acções e iniciativas de 15 de Novembro;
- nas grandes manifestações unitárias de 15 de Dezembro em Lisboa e noutros distritos.

A hora é de iniciativa e de acção.

O Governo Soares/M. Pinto e a sua política estão condenados à derrota.

**Portugal de Abril vencerá!**

Lisboa, 26 de Novembro de 1984

O Comité Central  
do Partido Comunista Português



0  
e  
a  
re  
de  
e  
al  
es  
rn  
ei  
ne  
d  
le  
m  
e  
e

37